



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

JAMILE DE MOURA LIMA

GESTÃO ESCOLAR:

delineando seu formato democrático e participativo e suas possíveis formas de
materialização

JOÃO PESSOA

2017

JAMILE DE MOURA LIMA

GESTÃO ESCOLAR:

delineando seu formato democrático e participativo e suas possíveis formas de materialização

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba/Modalidade a Distância, Campus I, como requisito para obtenção do grau de Pedagoga.

Orientador: Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares

JOÃO PESSOA

2017

L732g Lima, Jamile de Moura.

Gestão escolar: delineando seu formato democrático e participativo e suas possíveis formas de materialização / Jamile de Moura Lima. – João Pessoa: UFPB, 2017.

108f.

Orientador: Swamy de Paula Lima Soares

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação.

JAMILE DE MOURA LIMA

GESTÃO ESCOLAR:

delineando seu formato democrático e participativo e suas possíveis formas de materialização

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba/ Modalidade a Distância, Campus I, como requisito para obtenção do grau de Pedagoga.

Orientador: Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares

Aprovado em 02/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – DFE/CE/UFPB

Prof. Dr. Pedro Jusselino Filho

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – DFE/CE/UFPB

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – DHP/CE/UFPB

Mãe, Mainha, Cila, Cilinha.

A imensa saudade que sinto expressa o vazio de um espaço que ficou preenchido durante toda minha vida, mas não expressa a dor de perdê-la.

Dedico este trabalho ao meu melhor e maior exemplo de generosidade, força, dignidade, fibra, integridade, honestidade, simplicidade, humildade, sabedoria, companheirismo, amizade, positividade, alto astral, beleza, alegria, bondade, maternidade, amor...

Você veio ao mundo com um grande dom: ser mãe. Você soube ser uma mãe maravilhosa. Serei eternamente grata por todas as manifestações de amor, por todo cuidado, por toda dedicação, por todos os sacrifícios, por todo apoio e compreensão, por todo incentivo, por toda entrega e por destinar parte de sua vida a cuidar de mim.

A você que me ofereceu tudo de bom que existe na vida, muito obrigada.

À minha amada Mãe-Avó, Cilene, *In Memoriam*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Cilene de Moura Lima, pelo grande amor.

Ao meu pai, Luiz Pereira de Lima Júnior, pelo amor e cuidado comigo e com minha mãe, pelas orientações no curso de minha vida e por acreditar em mim.

À minha flor, Íris: companheira, carinhosa, bondosa, encantadora e iluminada. Obrigada por me fazer tão bem.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares, por ter aceito a orientação deste trabalho e por ajudar-me a conduzi-lo da melhor forma.

Aos membros da banca, pelas contribuições para a concretização deste trabalho.

À Profa. Dra. Idelsuite de Sousa Lima pela colaboração.

À Coordenação e aos professores do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na modalidade a Distância pelo profissionalismo.

RESUMO

Esta pesquisa trouxe à tona a discussão da gestão escolar, particularmente de sua forma democrática e participativa. Dessa forma, elegemos como tema o processo da gestão democrática e participativa na educação escolar. Entende-se por gestão democrática e participativa o processo de administração que permite a participação plena e equilibrada dos membros de uma população nas decisões. Especificamente no âmbito da educação escolar, a gestão democrática e participativa é o processo administrativo que parte da descentralização do poder do diretor (a), permitindo a participação dos profissionais da educação (corpo docente, corpo discente, diretores, supervisores, orientadores, secretários e demais funcionários da escola) e da comunidade externa (pais e comunidade local) no gerenciamento dos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros da unidade escolar. Nessa empreitada, o objetivo geral foi analisar o processo da gestão escolar na educação formal, partindo da explicitação de seu formato democrático e participativo na escola, e suas possíveis formas de materialização. Em nível de objetivos específicos, pretendeu-se: situar a gestão escolar no bojo da educação formal; descrever a gestão democrática e participativa na escola. Questionaram-se, sobretudo, quais são os fatores e os indicadores que devem ser considerados e/ou salientados para que o processo seja implementado e/ou materializado. A perspectiva de análise que norteou este trabalho foi a histórica e cultural, por facilitar a compreensão da gestão escolar. Quanto à metodologia, elegemos a pesquisa bibliográfica como caminho metodológico. Ademais da pesquisa bibliográfica, esta pesquisa também esteve apoiada na pesquisa documental e de campo, na medida em que lançou mão de dados e fatos coletados da realidade presente. A análise foi feita a partir da imbricação das perspectivas de análise e do movimento teórico e vice-versa.

Palavras-chave: Educação; Gestão Escolar; Gestão Democrática e Participativa.

ABSTRACT

This research has raised the discussion on school management, particularly concerning its democratic and participatory characteristic. Thus, we have chosen as a theme, the process of democratic and participatory management in school teaching. The term describes the managing process that allows for the full and balanced participation by members of a population, in the decisions. Specifically in the realm of school teaching, democratic and participatory management is the managing process that starts from the Principal's power decentralization, thus permitting the school professionals' participation, such as: teachers, students, headmasters, supervisors, counselors, secretaries and other clerks, as well as the outside community (parents and others), to take part in the financial, pedagogical and administrative aspects of the school unit. For this task, our general aim was to analyze the school management process in formal education, starting from the explicitness of its democratic and participatory format in school, as well as its possible forms of materialization. At the level of the specific aims, we intended to place school management within formal education; to describe participatory and democratic management in school. There were above all, questions about factors and indicators which must be considered and/or pointed out, so that the process can be implemented and/or materialized. The analysis perspectives that oriented this study were the historical and cultural ones, in order to make it easier the school management understanding. As for the methodology, we chose the bibliographical research, besides the field and documental research, as we have used data and facts collected from the present reality. The analysis was done by considering interconnection of analysis perspectives and theoretical movement, and vice versa.

Keywords: Education; school management; democratic and participatory management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PANORAMA DA GESTÃO ESCOLAR.....	19
2.1 Relações entre Estado, Sociedade e Educação.....	20
2.2 Interconexões com a educação brasileira.....	24
3 DELINEANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	27
3.1 Aproximações históricas e conceituais.....	27
3.2 Interfaces com a escola.....	32
4 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS.....	49
Anexo A – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos.....	50
Anexo B – Regimento Interno da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos.....	84

1 INTRODUÇÃO

Ingressei no Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância no ano de 2012, e no ano de 2013 decidi migrar para o novo currículo do curso de Pedagogia com objetivo de ampliar minha formação acadêmica e obter mais possibilidades de atuação profissional. A partir desse momento passei a ter mais contato com componentes curriculares que tratavam da gestão educacional (GE), e nessa época, foi surgindo o interesse em aprofundar estudos sobre a temática em tela.

Posteriormente, em 2015, iniciei uma atividade profissional na área da gestão educacional na qual exercia a função de Coordenadora de Curso. No período em que exerci a função de coordenadora de curso me deparei com situações que, além de alimentarem meu interesse pelo campo da GE, estimularam muitas reflexões e interrogações que me inquietaram na medida em que mobilizavam teoria e prática.

A partir da minha experiência como Coordenadora de Curso, aliada aos conhecimentos acadêmicos adquiridos no Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância, decidi investigar o campo da GE como tema de pesquisa, por fim, elegendo como tema o processo da gestão democrática e participativa (GDP) na educação escolar, e suas possíveis formas de materialização.

Sob a égide dessas questões fui percebendo que a temática em tela circunscreve-se numa moldura mais abrangente, encontrando uma justificativa para tal intento. Assim, percebo que o Brasil carrega a tradição histórica de centralizar o que é público nas mãos de pequenos grupos, privatizando a coisa pública, principalmente por influência do processo de industrialização e do regime governamental da ditadura. Dessa forma, este país consolidou modelos de escola nos quais poucas pessoas tinham voz e não havia diálogo com os aspectos culturais e sociais das populações as quais se destinavam os serviços públicos.

Nessa realidade, os frequentadores da escola não podiam participar de sua gestão uma vez que construiu-se a ideia de que as decisões sobre os rumos da escola deviam ser tomadas hierarquicamente apenas por seus funcionários (gestores e professores). No entanto, a luta pela democracia no Brasil vem mudando esse quadro; impulsionadas por aspectos políticos, econômicos e sociais, as instituições públicas, notadamente a escola, abrem espaço a movimentos sociais em prol da participação popular. Surgem, assim,

possibilidades de processos de gestão colegiada na escola a partir da adoção da GDP como modelo para a tomada de decisões sobre o rumo da educação.

Democracia e participação são necessidades indiscutíveis para o bom desempenho das funções da máquina pública, sobretudo da escola, haja vista que proporcionam um ambiente aberto e participativo, promovendo o exercício pleno da cidadania. Todavia, práticas de gestão burocrática e centralizada ainda são muito utilizadas nas escolas brasileiras, principalmente em razão da instabilidade da democracia do nosso país, o que torna essencial a discussão e a luta pela implementação de práticas de gestão GDP nas escolas brasileiras na busca por uma educação libertadora, participativa e de qualidade. E uma das estratégias mais importantes dentro dessa perspectiva de gestão escolar democrática e participativa (GEDP) é a criação do Conselho Escolar (CE), como forma de participação popular plena: participação da comunidade interna e externa à escola nos rumos da educação escolar.

Em um processo democrático e participativo de gestão da educação as estratégias políticas e educativas devem partir da escola e considerar seu contexto para que se concretize uma educação de qualidade e efetivamente produtiva, uma educação abrangente e destinada à formação de seres humanos críticos, participativos, cidadãos plenos e autônomos.

Considerando o exposto, e tendo em vista que na atualidade grande parte das instituições públicas de ensino se denomina e se reconhece como democrática e participativa, a exemplo da instituição de ensino pesquisada neste trabalho, ou seja, Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos, surge a necessidade de observar *in loco* de que forma essa suposta GDP se materializa nas práticas de gestão da educação escolar.

Com o intuito de demarcar um caminho que me leve à compreensão mais acurada da proposta em apreço, o objetivo geral é analisar o processo da gestão escolar na educação formal, partindo da explicitação de seu formato democrático e participativo na escola, e suas possíveis formas de materialização.

O problema que cobre esta investigação aponta que a GDP nasce de uma luta por democracia e participação popular nos processos decisórios, visando a promover processos democráticos e de deliberação coletiva através da participação direta das pessoas (GOMES; GOMES, 2016).

O processo de GDP na educação escolar permite que toda a comunidade escolar participe de sua administração a partir da descentralização do poder do gestor (a) e de uma autonomia escolar; o que torna a ação da escola mais abrangente e eficaz na medida em que considera as especificidades, demandas e características de cada unidade escolar, agindo a partir de cada realidade e necessidade. Tudo isso possibilita que as práticas educativas escolares sejam debatidas, planejadas, organizadas e executadas, conforme salientam Bordignon e Gracindo (2004), de dentro para fora, partindo-se do interior da escola para os sistemas de ensino e políticas públicas educacionais.

Historicamente o Brasil consolidou processos educativos centralizadores, nos quais as decisões sobre os rumos da escola eram tomadas verticalmente e sem uma ação colegiada. Atualmente, por um lado, percebe-se que existem tentativas de implementação desse processo colegiado, democrático e participativo na instituição escolar¹. Por outro lado, nota-se que existem lacunas que dizem respeito à compreensão teórica de tal processo: acontecimento que inviabiliza sua materialização, tendo-se em vista a reprodução de práticas burocráticas e centralizadoras.

Cada vez mais entende-se que a qualidade e a produtividade que se persegue para a educação somente serão resultados de um processo administrativo aberto, democrático e participativo, feitos por todos e todas que dessa educação se beneficiam. Mas, percebe-se uma falta de clareza por parte dos profissionais da educação, notadamente aqueles que trabalham diretamente com a gestão escolar (diretores, vice-diretores, coordenadores, orientadores e supervisores) acerca de estratégias e fatores que viabilizem a materialização da gestão escolar na perspectiva democrática e participativa.

Defende-se que essa qualidade, produtividade, acesso, liberdade e participação somente serão promovidos a partir da adoção do modelo de gestão democrática. Democratizar a educação a partir da participação de todos (as) é ajudar a promover a

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) declara a gestão democrática como um dos princípios e fins da educação nacional. De acordo com o artigo terceiro desta lei, o ensino deverá ser ministrado, entre outros princípios, pela “[...] gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;”. Em conformidade com o artigo quatorze da referida lei “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” (BRASIL, 1996). Destarte, a organização da educação nacional considerará a gestão democrática, assegurando graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, bem como a existência de órgãos colegiados deliberativos, com participação da comunidade institucional, local e regional.

qualidade no ensino e na educação e, indo mais além, é possibilitar o exercício da cidadania (LUCK, 2009).

Considerando-se a relevância da GDP na instituição escolar, com vistas à elaboração e a execução de seu projeto educativo, questionam-se quais são os fatores e os indicadores que devem ser considerados e/ou salientados para que o processo seja materializado?

Em nível de objeto de estudo percebe-se que a Educação é um processo social de mediação do saber historicamente produzido, e enquanto processo social é chamada a responder às demandas e necessidades colocadas por uma sociedade em progressivo desenvolvimento. E esse contexto social contemporâneo faz com que a Educação seja levada a renovar os conhecimentos anteriormente produzidos, suprimindo as necessidades atuais considerando, sobretudo, os condicionantes econômicos e tecnológicos que a influenciam. Tal cenário coloca para a educação a necessidade de uma atuação mais complexa, dinâmica e abrangente, sob a exigência da busca por uma qualidade e produtividade envolvendo os processos de ensino e aprendizagem.

Considerando-se que o processo educativo escolar pretende habilitar os indivíduos sob os aspectos culturais, sociais, políticos, pedagógicos, técnicos, entre outros, para a vida em sociedade, aprimorará, ainda, as dimensões afetivas, emocionais, cognitivas e profissionais. Assim, pensar a educação na perspectiva da GD significa redirecionar os conceitos de educação e educação escolar no sentido da participação, colaboração, autonomia e atenção às especificidades e diversidade de cada contexto escolar (LIBÂNEO, 2002).

Para que entendamos o modelo de GDP, e mais ainda, a gestão no âmbito da educação escolar, há que ficar claro o que se quer dizer ao falar de Gestão. De maneira geral, podemos entender que gestão é uma forma de mediar a busca por objetivos, uma forma de mobilizar recursos e estratégias de trabalho para atingir um determinado fim (LUCK, 2009).

Por sua vez, a GD pode ser entendida como o processo de administração que permite a participação plena e equilibrada da população nas decisões. Dito de outra maneira, a gestão ligada a processos democráticos está alicerçada no diálogo e na participação plena de todas as pessoas envolvidas em um determinado processo ou

projeto, o que lhes garantirá efetivo espaço nos processos decisórios (GOMES e GOMES, 2016).

No âmbito da educação escolar, a gestão democrática também é objeto de reflexões e lutas, devendo ser implementada a partir da descentralização do poder do (a) gestor e da concretização da autonomia escolar. Esse processo permitirá o acesso e a participação dos profissionais da educação (corpo docente, corpo discente, diretores, supervisores, orientadores, secretários e demais funcionários da escola) e da comunidade externa (pais e comunidade local) no gerenciamento dos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros da unidade escolar rumo à qualidade e produtividade da educação, e mais além, rumo à efetiva e significativa aprendizagem do aluno (a) com vistas a melhoria da vida em sociedade (PARO, 1998).

A implementação da gestão democrática na educação cumpre com a melhoria de sua qualidade, mas vai além disso: torna a ação da escola mais abrangente e eficaz na medida em que considera as especificidade, demandas e características de cada unidade escolar, agindo a partir de cada realidade e necessidade. Por isso as práticas educativas escolares pautadas na gestão democrática devem ser efetivadas de dentro para fora, do interior da escola para os sistemas de ensino e para as políticas públicas educacionais, haja vista que, como nos advertem Bordinon e Gracindo (2004, p. 147), “a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações”.

A questão da GDP está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/1996) (BRASIL, 1996) enquanto um princípio da educação que se materializará por meio da descentralização pedagógica, administrativa e financeira, assim como está posta também na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). No texto da LDB de 1996 a efetivação da gestão democrática (GD) está sujeita à autonomia das unidades federadas (Estados, Municípios e Distrito Federal), com exceção de duas diretrizes essenciais que deverão ser seguidas: 1) que a comunidade escolar e local, bem como todos os profissionais de educação, participem efetivamente do processo de gestão da escola pública, notadamente no que tange à ação do Conselho Escolar, ou equivalente, e ao Projeto Pedagógico da escola; 2) que progressivamente as unidades escolares ganhem autonomia. Deve-se perceber, então, que nessa perspectiva de gestão colegiada apresentada na LDB de 1996 tanto o conselho escolar como o projeto pedagógico fazem parte do processo de gestão.

A GD, acompanhada desses e de outros dispositivos legais e normativos que a fundamentam, objetiva garantir espaço para processos de deliberação coletiva, haja vista que as lutas por democracia favoreceram as instituições públicas de maneira geral à medida que contribuem com a luta contra o centralismo. O que faz da GD na educação um processo que não é imparcial, atrelado a objetivos e posicionamentos políticos, e a uma certa concepção de educação (aberta, flexível, crítica e participativa) (PARO, 1998).

No entanto, para o autor supracitado os dispositivos legais pouco avançaram nos princípios da GD, não a discutem em profundidade, não esclarecem suas possibilidades de materialização, não fornecem subsídios para a execução do trabalho democrático na escola. Infere-se que por esse motivo muitas escolas não logram êxito em efetivar uma GDP, pois não recebem informações suficientes para compreender melhor esse processo, tampouco para aprender a desenvolvê-lo de forma prática considerando suas realidades e especificidades.

Para Soares (2011, p.6),

O compartilhamento das decisões no que diz respeito à escola é muito mais do que o cumprimento de uma perspectiva legal. Significa uma transição de posturas e práticas, no sentido abranger mais pessoas nos rumos que a escola toma.

Conforme nos lembra Soares (2011, p.6) "[...] a participação na escola procura, como fim, a qualidade na educação escolar." Seguindo essa lógica, se a participação por meio de um processo de gestão democrática objetiva a qualidade da educação através da melhoria do ensino e da aprendizagem, tais efeitos culminaram na melhoria da sociedade, uma vez que a educação é entendida como um instrumento de exercício da cidadania e mudança social.

Na concretização desse modelo democrático e participativo de gestão o CE é privilegiado enquanto instrumento estratégico, que está previsto nos dispositivos legais anteriormente citados, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e Constituição de Federal de 1988.

O CE é um tipo de gestão colegiada, um mecanismo de gestão democrática composto pelos diversos segmentos que constituem o universo escolar (professores, diretores, funcionários, pais, alunos e comunidade local). Suas funções contemplam a

deliberação, fiscalização, mobilização, acompanhamento, entre outras; indo mais além, o CE se posiciona em todos os momentos e aspectos do planejamento e funcionamento escolar para o bom andamento dos processos educativos escolares (MEC, 2004).

Isso posto, fica claro que a GDP e os conselhos escolares (CEs) nascem de uma luta por democracia e participação popular, tornando a escola uma efetiva unidade social na medida em que fornecem à população o direito ao controle democrático do Estado, à participação cidadã, ao exercício da cidadania.

A problemática aponta para a direção que a gestão democrática e participativa é o processo através do qual toda a comunidade escolar poderá participar da administração da educação escolar a partir de um movimento de descentralização do poder do gestor (a) e autonomia escolar. Atualmente é possível identificar práticas que implementam processos de gestão democrática com a participação da comunidade escolar e local. No entanto, essa é uma tarefa desafiadora por existirem lacunas quanto ao aspecto teórico de tal processo: acontecimento que inviabiliza sua materialização.

Quanto aos procedimentos metodológicos, salienta-se que a pesquisa é o processo científico que objetiva compreender os fenômenos ou situações sociais em profundidade. Nesse processo o investigador tem importante papel, muitas vezes convertendo-se, também, em instrumento de investigação na busca por significados (RAPIMÁN, 2015).

No processo de pesquisa científica Gonsalves (2003) destaca que o referencial teórico norteia o estudo da pesquisa especificando com precisão que aspecto do tema escolhido será trabalhado e, a partir daí, estabelecendo um debate teórico apoiado em estudos, interpretações, reflexões e análise minuciosa da literatura.

Cervo e Bervian (1983) apontam a pesquisa teórica como um processo de interpretação e explicação, construção intelectual, que formula hipóteses e permite novas descobertas.

Do ponto de vista da etapa metodológica, Pinto (1992) considera esta etapa da pesquisa como uma demonstração, por parte do pesquisador (a), de como sua pesquisa dará conta do problema proposto. O referido autor salienta que a metodologia é composta de uma sequência de procedimentos, instrumentos e técnicas que permitem o confronto com o real; e que seus critérios estão relacionados à escolha das unidades ou sujeitos da pesquisa, da seleção de materiais secundários (relatórios, diagnósticos, entre

outros), instrumentos de observação da realidade e técnicas de coleta de observação (questionários, entrevistas, etc.).

Richardson (1999) contribui com essa discussão sobre o processo metodológico, colocando-o como um caminho para se construir conhecimento sobre determinado objeto de estudo, a partir da escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Esses procedimentos consistem em: delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se nas teorias existentes.

No âmbito das Ciências Sociais, dentre as quais encontra-se a Educação, as pesquisas podem ser caracterizadas tanto pelo método quantitativo quanto pelo método qualitativo. Do ponto de vista metodológico possuem naturezas diferentes, não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas, sobretudo, pela forma de abordagem do problema. No entanto, a pesquisa na contemporaneidade tende a rejeitar a tradicional dicotomia entre os estudos qualitativos e quantitativos (RAPIMÁN, 2015).

Ressalta-se, contudo, que a investigação qualitativa em Educação pretende compreender fenômenos sociais alcançando suas essências, sem generalizações. Neste tipo de investigação a relação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa é direta, e a construção da metodologia objetiva alcançar a essência da realidade (RAPIMÁN, 2015, 2015).

Assim sendo, cumpre ressaltar que o método científico constitui-se de etapas interligadas de forma dialética: a teoria, o empírico e a intencionalidade, pois perpassam a ação do investigador na atividade de pesquisa. Ele norteia o processo de investigação de forma lógica e concatenada. Dessa forma, esse trabalho será conduzido, a partir de métodos científicos que permitam apreender, analisar e interpretar o real sob uma perspectiva analítico-crítica, buscando esclarecer as questões que norteiam este estudo. Assim, o método será o instrumento de mediação da realidade.

Para este trabalho de pesquisa de natureza teórica, elegeu-se a pesquisa bibliográfica como caminho metodológico.

No exercício da investigação científica, a pesquisa bibliográfica apresenta-se como uma das etapas fundamentais do trabalho científico, constituindo-se numa revisão da literatura em busca de referenciais teóricos para sustentar as ideias expostas pelo pesquisador.

Da pesquisa bibliográfica emergem teorias, conceitos e reflexões num movimento dialógico e crítico entre as ideias do pesquisador e os materiais já elaborados anteriormente por outros autores e pesquisadores. Nas palavras de Cervo e Bervian (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica “[...] procura explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”.

Trujillo Ferrari (1982) assinala o caráter de rotina da pesquisa bibliográfica, haja vista a necessidade de atualização constante com relação às publicações. Além disso, esse autor segue ressaltando que uma pesquisa bibliográfica é um exercício metódico.

De acordo com Trujillo Ferrari (1982) a pesquisa bibliográfica é um ato de leitura, seleção, fichamento e arquivamento de tópicos de interesse, que permite ao pesquisador conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto, e comprovar a originalidade de sua hipótese de pesquisa se ainda não contemplada por outros pesquisadores.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica auxilia o pesquisador na empreitada do fazer científico a partir de um levantamento de informações que permitirão a construção de um percurso teórico, numa articulação entre interpretação e realidade/empíria.

A pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato com o material já produzido sobre seu tema de pesquisa através da identificação e análise dos dados escritos em livros, revistas, artigos, etc. (GONSALVES, 2003).

Trujillo Ferrari (1982) chama atenção para dois aspectos importantes da pesquisa bibliográfica. O primeiro, trata da montagem de um roteiro, uma sequência lógica que delimite o material, identifique e defina os aspectos a capturar sobre o assunto pesquisado. O roteiro implica no levantamento das publicações, seleção das fontes de referência, consulta a dicionários técnico-científicos, consultas pessoais a estudiosos e especialistas no assunto. O segundo, refere-se às fases da pesquisa bibliográfica, quais sejam: identificação (localização de literatura de interesse), localização (adquirir informações através dos arranjos dos fichários bibliográficos), obtenção (empréstimo, consulta privada, xerox ou compra do material), fichamento (elaboração de fichas bibliográficas a partir de informações como sobrenome do autor, título da obra, assunto), arquivamento e, por fim, a redação do trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica, esta pesquisa também está apoiada na pesquisa documental e de campo, na medida em que lançará mão de dados e fatos coletados da

realidade presente. Nesse sentido, Cervo e Bervian (1983) nos lembram de que a pesquisa documental é um tipo de investigação que se dá por meio de materiais já elaborados e tem o objetivo de reunir, classificar e distribuir documentos de todos os gêneros e de diferentes domínios da atividade humana a exemplo de cartas, jornais, arquivos, entre outros.

Elegemos como universo desta pesquisa a Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos, localizada na cidade de João Pessoa. A parte empírica desta pesquisa está constituída das narrações das observações feitas nessa escola durante o estágio supervisionado. Quanto à organização e a sistematização do material coletado, utilizaremos os seguintes critérios: organização da documentação e descrição das observações realizadas na referida escola, através de anotações feitas no Diário de Campo.

Nosso plano de observação contempla observações sistemáticas e assistemáticas para coletar informações sobre a temática em apreço, tendo o roteiro das observações sistemáticas pautando-se basicamente na utilização do Diário de Campo, elegendo os seguintes aspectos para proceder ao processo de coleta das informações: documentação referente à estrutura e funcionamento da escola, recortando os profissionais envolvidos na gestão.

No que diz respeito à análise e interpretação do material, utilizaremos o enfoque teórico e as observações realizadas de forma inter-relacional.

Para fins de organização o presente texto encontra-se estruturado da seguinte forma:

O item – Panorama da Gestão Escolar – situa a gestão escolar no bojo da educação formal.

O item – Delineando a Gestão Democrática e Participativa – descreve a gestão democrática e participativa na escola.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo, revestindo-se em possíveis contribuições para uma compreensão inicial da temática, e abrindo possibilidades para novos estudos.

2 PANORAMA DA GESTÃO ESCOLAR

A gestão do ensino, segundo Luck (2012) é um conceito novo, que vai além do enfoque administrativo, haja vista a complexidade do fenômeno educacional, o que demanda visão global e abrangente, ações articuladas e participativas numa dinâmica de equipe, um coletivo organizado. É, portanto, uma importante e abrangente área da educação, que permite uma ação educativa global.

Conforme compreende Dourado (2000, p.79), a gestão democrática é um

[...] processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do ‘jogo’ democrático e, consequentemente, do repensar de estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

Souza (2011) estabelece uma relação direta entre gestão educacional democrática e participativa (GEDP) e qualidade do ensino público haja vista que entende a democracia como base para a qualidade das ações institucionais e do Estado, e para atender efetivamente os direitos sociais.

Para Freitas (2000, p.50), considerando-se a gestão educacional (GE) do ponto de vista democrático e participativo

[...] o exercício da administração participativa, aberta ao diálogo, apresenta vantagens em termos de processos e resultados, pois as pessoas são valorizadas e percebidas como agentes [e aprendem a valorizar e administrar os bens públicos, entendendo que pertencem a todos e que por todos devem ser preservados].

A gestão democrática (GD) da educação, notadamente da educação pública, contribui para democratizar o ensino público e visa à qualidade da educação a partir de um trabalho transparente, dialogado com toda a comunidade escolar, e efetivamente participativo quanto à organização e à tomada de decisões. Portanto, é um processo de caráter político, administrativo, jurídico, financeiro, e também pedagógico e cultural, do qual todos (as) os atores do processo educativo devem participar consciente e criticamente; discutindo, organizando e deliberando sobre as questões pertinentes ao

funcionamento dos sistemas de ensino e unidades escolares no caminho a uma educação significativa, de qualidade, e da verdadeira transformação social.

2.1 Relações entre Estado, Sociedade e Educação

No contexto de reforma do Estado e das mudanças sociais então decorrentes, a Educação, enquanto fenômeno social de grande importância, tem papel central em decorrência da função que ocupa no desenvolvimento do setor produtivo, que demandava um perfil de trabalhador com graus básicos de instrução para o trabalho na indústria, sendo mais adaptável à realização de um maior número de atividades; o que provocou grande demanda pela formação técnica dos trabalhadores. De tal forma que a Educação passa a ser alvo principal das políticas de reforma do Estado oriundas de acordos firmados entre o Brasil e diversos organismos internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), entre outros, para a modernização do país.

Ao discutir a GD da escola pública, Miranda e Pasquini (2012) fazem uma digressão histórica partindo do final da década de 1960, passando pelas décadas de 1980 e 1990 até chegar ao cenário atual, considerando o contexto internacional e nacional de reforma política, econômica e social. A crise estrutural do capitalismo no final da década de 1960 impulsionou o surgimento de um projeto neoliberal para os países periféricos, em desenvolvimento, com a implementação de reformas nos diversos setores sociais, notadamente na educação. Esse projeto neoliberal pretendeu diminuir a responsabilidade do Estado com as questões sociais à medida que abria espaço para a inserção da iniciativa privada nas esferas públicas.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, na década de 1980, o país passa por um processo de redemocratização com manifestações de diversos grupos sociais em favor do reconhecimento da democracia (com autonomia, participação, descentralização administrativa e pedagógica, e gestão colegiada com participação da comunidade) nos setores públicos, com destaque para o setor da Educação; e em 1988 a GD é reconhecida na Constituição Federal. Contudo, esse processo de democratização pelo qual vinha passando o Brasil estava mais comprometido com os interesses capitalistas, neoliberais, de tal forma que houve uma ressignificação, por parte dos organismos

internacionais, dos conceitos (descentralização, participação e autonomia) dos movimentos sociais (MIRANDA e PASQUINI, 2012).

Fica claro, portanto, que as reformas políticas implementadas no Brasil, no contexto de reforma do Estado e por influência das agências internacionais capitalistas, não estavam comprometidas com a transformação social nem com a qualidade das políticas públicas para a sociedade; senão, à serviço de uma política de ascensão capitalista através da inserção da iniciativa privada na esfera pública. As discussões de gestão e políticas públicas nesse cenário estão articuladas aos interesses neoliberais pelo controle do Estado.

Conforme destacam Miranda e Pasquini (2012, p.1423) com o processo de inserção do Brasil na economia mundial

[...] os organismos internacionais passam a intervir diretamente na economia e na educação brasileira levando o Brasil a compartilhar das novas estratégias econômicas e políticas traçadas pelos países centrais por meio de acordos técnicos e financeiros.

A partir de 1990 as reformas educacionais (de cunho neoliberal) ganham espaço e a GD fica estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) como princípio educacional. No entanto, os dispositivos legais que reconhecem oficialmente a GD e a institucionalizam não definem critérios práticos para sua concretização nos espaços escolares. Em 1995 foi criado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado que redefiniu o papel do Estado, diminuindo sua responsabilidade na manutenção da educação, e instaurou um novo modelo de administração pública. Posteriormente tem-se a elaboração do Plano Decenal de Educação, no âmbito da reforma educacional e cumprindo os compromissos firmados com os organismos internacionais (MIRANDA e PASQUINI, 2012).

Portanto, a reforma educacional dos anos 90 foi produzida por especialistas e pesquisadores para ajustar o funcionamento da educação brasileira às exigências mercadológicas e produtivas em prol do crescimento econômico, sem a participação da sociedade e sem atender seus anseios. Uma reforma que desconhecia a realidade e as especificidades da educação escolar brasileira, assim como não tinha nenhum tipo de compromisso social. Para Miranda e Pasquini (2012, p.1428), “[...] nessa perspectiva, a gestão democrática da educação assume os contornos da gestão empresarial”.

E nesse percurso a escola foi se adaptando a essa realidade, à lógica de mercado, ao ritmo empresarial. Porém, cumpre lembrar que a escola não é uma empresa, ela não deve servir individualmente a clientes, mas à sociedade e aos seus cidadãos. A escola é um bem social e, portanto, direito de todos.

Devemos lembrar que historicamente a educação brasileira é fundamentada num modelo de direção centralizado na figura do diretor (que mantinha contato apenas com os órgãos centrais de educação), esse modelo é marcado pela burocracia, hierarquia, verticalidade, uniformidade e controle. Tal cenário foi montado em consequência de uma filiação ao modelo científico positivista e adoção do método de administração científica, conferindo um caráter racional, linear e mecânico às práticas, com o objetivo de comandar, controlar, alienar e individualizar os processos sociais (LUCK, 2012).

Há que lembrar, também, do equívoco gerado em torno da interpretação da constituição federal no que tange ao dever do Estado com a educação, resultando na ideia de que a escola pertence ao governo, e que governo e sociedade são instâncias separadas. Como consequência disso, temos um modelo de direção da educação centralizado em um cargo (diretor), verticalizado (em suas relações com as instâncias superiores e inferiores) e que não permite a participação da comunidade nos processos educativos a ela direcionados.

Considerando-se as muitas mudanças ocorridas na política de administração da educação brasileira a partir de finais do século XX, com discursos legais e políticos de maior participação social, fundamentada num posicionamento de GEDP, Freitas (2000) demarca a preocupação e mobilização nacional por uma gestão escolar democrática e coletivamente participativa desde a década de 1930, lembrando o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) com sua ênfase na autonomia administrativa na escola. Foram realizados muitos encontros, conferências e ações ao longo da década de 80 em busca de uma gestão democrática e participativa da escola pública brasileira.

O contexto de abertura política nacional nos anos de 1980 estimulou a luta por uma educação baseada na realidade de cada unidade escolar e de sua comunidade local. No entanto, vimos surgir novas políticas públicas permeadas pelo ideário neoliberal, que contemplaram a descentralização e a participação – “democrática” na administração pública e gestão escolar (GE). Nesse cenário tinha-se uma escola condicionada pela política econômica e cultural dominante, que durante muitos anos adotou o modelo de administração científica gerencial, com ações centralizadas e hierarquizadas, inclusive

com algumas experiências de gerenciamento da escola pública por entidades privadas (FREITAS, 2000).

Ao contrário de uma realidade autônoma e democrática, a escola foi obrigada a cumprir planejamentos pedagógicos distanciados de sua realidade escolar, a organizar-se conforme padrões gerenciais – empresariais. Enquanto isso, criou-se a ilusão de uma flexibilidade e participação social que em nada garantiu controle efetivo da sociedade sobre os processos e resultados educacionais.

Com a chegada da década de 1990 surgem políticas globais valorizando a gestão democrática descentralizada, voltada para a realidade escolar. Posteriormente, são criados e implementados variados órgãos colegiados deliberativos e decisórios no ambiente das escolas públicas brasileiras, quais sejam: conselhos escolares, colegiados comunitários, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outros. E a ocupação do cargo de direção escolar começa a ser realizada por eleição, com a participação da comunidade local (FREITAS, 2000).

No entanto, a atualidade apresenta-se como tempo de mudanças, que demandam outras formas de gestão, com prática que se distanciam do conservadorismo, da fragmentação e centralização uma vez que tais características não dão conta das demandas atuais. Considerando-se o valor estratégico que a educação alcançou no contexto contemporâneo, para a formação dos indivíduos e o desenvolvimento social, fala-se na adoção de práticas fundamentadas em alianças (participativas, interativas e democráticas); são estas, portanto, as principais competências que deverão ser desenvolvidas nas pessoas envolvidas com a educação, principalmente docentes e discentes.

Aqui cabe uma reflexão: fomos habituados a centralizar o processo educativo no espaço escolar e com isto perdemos ótimas oportunidades de, enquanto cidadãos, contribuirmos com a formação e socialização das pessoas. A escola tem sim seu papel e importância enquanto instituição formadora e socializadora (sistematizando o conhecimento acumulado historicamente), mas não se aprende somente na escola; a educação é um fenômeno da vida humana, e acontece a todo o momento e em todos os espaços. Portanto, devemos estar preparados e dispostos a educar sempre.

As transformações no âmbito educacional que levam das discussões sobre administração e direção para discussões sobre gestão não declaram uma ruptura com o

modelo tradicional, hierárquico e centralizado do processo educativo institucionalizado, mas sinalizam outras possibilidades mais ajustadas ao contexto e necessidades atuais; e isto gera tensões e contradições, entre discursos e práticas.

Nesse sentido, Luck (2012) marca o movimento de descentralização da educação como internacional e marcado por diversas reformas no país. A autora também ressalta que não se pode centralizar ações que devem levar em conta as especificidades de cada unidade escolar, haja vista que a centralização das ações não abarca a dinâmica dos processos. A centralização resulta somente em verticalidade e unilateralidade. Se na atualidade queremos educação para a democracia é paradoxal, portanto, não ser democrático no processo de educar.

Sobre o processo de descentralização implementado por diretrizes dos organismos internacionais Miranda e Pasquini (2012, p.1429) comentam que

O princípio da descentralização deve ser compreendido dentro da lógica de universalização do capitalismo. Trata-se de uma concepção que tem como modelo o próprio mercado, e isso passa a ser o parâmetro de organização que levará os países periféricos à “modernização”, pois é estabelecido como meta, uma maior produção com menores custos possíveis, “equalizando” as diferenças e levando a todos à moderna cidadania.

2.2 Interconexões com a educação brasileira

Ao discutir as interfaces da educação brasileira, Scaff (2011) ressalta a instauração do modelo gerencial de gestão das instituições públicas a partir da grande crise econômica, que se instalou no sistema capitalista no final dos anos 1970. Essa crise acarretou inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais, que resultaram em muitas reformas nas instituições públicas, sobretudo nos países subdesenvolvidos – dentre os quais se encontra o Brasil.

Tais mudanças no sistema de regulação político, social e econômico tiveram início nos anos de 1970 nos Estados Unidos e Europa, foram ampliadas nos anos de 1980, atingindo o Brasil a partir dos anos de 1990; época em que o país saía de um regime ditatorial e se reorganizava num contexto democrático. Nesta época houve, então, uma tendência de reconfiguração geral da gestão pública, e a educação pública brasileira virou alvo do modelo gerencial de administração: um novo modelo de

organização e gestão, de lógica mercadológica, que atingiu as políticas sociais do país (SCAFF, 2011).

A implementação desse modelo estava orientada pelo discurso da flexibilidade, atendimento da cidadania, descentralização e participação, portanto, havia o incentivo a novos modelos de gestão do ensino público: mais flexíveis, participativos e descentralizados. Porém, tal discurso era uma falácia que escondia o objetivo de colocar os serviços sociais sob a responsabilidade do setor privado, controlando e contendo o investimento público neste setor. No que concerne à Educação, foi uma forma de fazê-la funcionar de acordo com a lógica privada.

Essas orientações de reformas eram oriundas da Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, e de organismos internacionais a exemplo da Unesco, Banco Mundial, Unicef, entre outros. Esses organismos pressionavam o Brasil a priorizar a educação nas políticas governamentais (SCAFF, 2011). Esta autora destaca que o termo “gestão democrática”, presente nos documentos desses organismos internacionais, chega às escolas com sentido diferente do proposto originalmente, ressignificado de acordo com os interesses desses órgãos.

Nas palavras de Scaff (2011, p.20), “Entendida a partir dessa concepção, a gestão democrática tão reivindicada pelos educadores ficou diluída em um conceito restrito, que mais uma vez submete a educação aos interesses econômicos.”

Na verdade, a concepção de gestão democrática, participação e descentralização anunciada por esses organismos internacionais subverte a reivindicação dos trabalhadores por maior participação na administração da educação, haja vista que a participação da comunidade nessa gestão compartilhada é muito mais no sentido da manutenção da escola: prestação de serviços e financiamento privado ou comunitário. Como destaca Scaff (2011, p.21) “A concepção de participação da comunidade como auxiliar na manutenção da escola traduz uma tendência internacional que atinge as políticas públicas como um todo.”.

Dessa forma, uma perspectiva de melhor qualidade dos serviços públicos, principalmente de melhor gestão do trabalho escolar, que responda às reivindicações dos trabalhadores, na verdade faz parte de uma ampla reforma educacional, que faz parte de um processo de reestruturação do capital.

A respeito desse percurso da gestão das instituições públicas Aranda (2011) pontua que o Brasil passou por um movimento histórico democratizador que culminou na constituição de 1988 e na política educacional, orientada pelo neoliberalismo, em 1990. Nesse contexto a participação surge como princípio fundamental da democracia, e como forma de ampliação da cidadania, a partir das lutas e relações sociais. Contudo, enquanto possibilidade de gestão da educação, a participação social aparece como mediadora para que se concretize um projeto neoliberal de sociedade e de educação.

Com a proposição de um sistema de participação social foram criados mecanismos como programas, conselhos, fóruns de representação e debate integrados pela sociedade civil. Com a Constituição Federal de 1988 os conselhos ganham institucionalidade, “[...] com dimensão de órgãos de Estado”, enquanto continuam a representar expressão da sociedade organizada e da cidadania (ARANDA, 2011, p.51).

Posteriormente, esses movimentos levam à criação do “Programa Gestão da Política de Educação” que se materializou através do “Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares”, mecanismo que busca promover e fortalecer a gestão democrática. Aranda (2011) desta que no ano de 2011 já existiam aproximadamente 60 mil conselhos espalhados pelas escolas públicas brasileiras: esses órgãos colegiados estão compostos por alunos, professores, pais, funcionários, diretores e comunidade local; exercem funções deliberativas, consultivas, fiscais e de mobilização; e têm co-responsabilidades pedagógicas, administrativas e financeiras.

3 DELINEANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Delineia Silva (2011) a questão da GDP a partir da reforma do Estado e consequente reforma educacional, década de 1990, destacando a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995 que altera a condição de Estado executor para a condição de Estado Regulador e Avaliador, significando a redução do papel do Estado nos diversos serviços sociais, como é o caso da saúde e da educação.

Essa nova forma de organização estatal segue uma proposta de descentralização vertical, ao invés da burocracia centralizadora, para estados e municípios, com maior controle social direto e participação da sociedade. No entanto, alerta a autora, o que de fato ocorre é a adoção de um novo modelo administrativo de natureza gerencial empresarial, que prima pela eficiência, pelos resultados e favorece a participação da sociedade civil, mas, principalmente, de agentes privados (SILVA, 2011).

3.1 Aproximações históricas e conceituais

Marques (2011), por seu turno, demarca o estabelecimento do processo de descentralização e democratização estatal a partir da Crise do Bem Estar Social nos países desenvolvidos, o que ocasionou a imposição de um Estado moderno e eficiente ao continente latino (onde existe uma centralização do Estado sobre a escola) e consequentes processos de descentralização administrativa com novas formas de gestão das instituições públicas.

Nesse contexto surgem, entre os grupos sociais, lutas por democracia participativa como forma de organização da sociedade civil. A escola, com papel central na formação da cidadania, se posiciona no sentido da organização democrática, distribuição do poder e processos participativos. O processo de descentralização da gestão escolar começa a partir da transferência das decisões centrais das instâncias do Estado para a escola (MARQUES, 2011).

Todavia, de acordo com o que adverte Cabral Neto (2011), a reforma do Estado não valoriza os interesses dos cidadãos uma vez que não foi pensada para estabelecer

melhores relações entre Estado e sociedade, mas, ao contrário, para dar ao setor privado domínio sobre os setores públicos sociais.

Percebe-se que a decisão sobre o que será efetivado na escola ainda é de um poder central. Conforme alerta Cabral Neto (2011, p.266),

Observa-se, na atual situação brasileira, a existência de um processo contraditório em que, ao mesmo tempo, se descentralizam algumas ações (quase sempre relacionadas à execução) e se recentralizam outras de caráter mais estratégico, relacionadas ao processo de tomada de decisão, evidenciando, desse modo, uma dinâmica em que o fulcro do processo não é o favorecimento do princípio da gestão democrática, mas, sobretudo, a busca de uma nova racionalidade centrada no gerenciamento dos recursos objetivando o aumento da produtividade do sistema em moldes empresariais.

Para Marques (2011) a democratização somente funcionará efetivamente enquanto uma política de Estado, que estabeleça uma articulação entre governo e sociedade civil, com relações compartilhadas nos diferentes espaços de interação social.

Considerando essas colocações, é preciso que tenhamos claro que a descentralização não constitui gestão democrática, que democratizar é possibilitar a participação política e a autonomia, promovendo a cidadania e melhor qualidade de vida. E que autonomia, auto-regulação, democracia e participação nas instituições, notadamente nas instituições educativas escolares, são resultados de um processo para além da descentralização. Como informa Cabral Neto (2011, p.270), “A gestão democrática e a autonomia não estão dadas a priori. Elas constituem processos que precisam ser edificados, portanto envolvem uma aprendizagem em construção.”. Não poderemos perder de vista, também, as questões culturais, sociais, estruturais, psicológicas, individuais e coletivas que envolvem esses processos.

Nesse sentido, Souza (2011) concorda que gestão descentralizada não é sinônimo de gestão democrática, principalmente se levarmos em conta os diversos exemplos de descentralizações no sistema educacional que se dão apenas no nível da execução de ações e de responsabilidade por ações pressupostas, distantes dos níveis decisórios e deliberativos. Para este autor, é necessário criar espaços que promovam a participação comunitária, a mobilização da comunidade em torno de seus próprios objetivos, desafios, necessidades, metas e dificuldades.

No contexto de discussão conceitual da gestão democrática e participativa (GDP), Luck (2012) apresenta sua compreensão sobre gestão educacional (GE) corroborando o princípio democrático e participativo, que para ela são condições básicas e fundamentais para a qualidade da educação.

Neste encaminhamento, Luck (2012, p.25) ressalta,

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas, e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

A referida autora acrescenta, ainda, que a gestão democrática

Constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estruturação organizada e orientação da ação educacional que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais (LUCK, 2012, p.26).

A compreensão de GE, sob essa compreensão, caminha na perspectiva de uma gestão efetiva, ou seja, onde há o equilíbrio da atenção entre as diferentes dimensões da realidade educacional (LUCK, 2012). Podemos, então, pensar essas dimensões como sendo: humana, estrutural, material, político-ideológica, econômica.

Conforme relata Luck (2012), tem ocorrido na educação brasileira inúmeros trabalhos e projetos educacionais de natureza burocrática e isolada, que buscam por soluções localizadas e sem a participação, sobretudo na etapa de planejamento, daqueles diretamente envolvidos na implementação desses trabalhos e projeto. A autora adverte que a superação dos problemas educacionais parte da competência coletiva orientada para a efetividade, e que, portanto, vislumbrem objetivos avançados.

Para Luck (2012), muitos dos desafios da educação já foram absorvidos pela comunidade educacional, e também pelos dispositivos legais (legislação em vigor); é o caso da discussão da democratização da educação. No entanto, o exercício democrático na educação é uma realidade ainda distante, porque demanda muitas aprendizagens, observações, reflexões e estudo para futuras mudanças de comportamentos.

Considerando a realidade dinâmica da educação, na qual os desafios e dificuldades são globais e abrangentes, é imprescindível que as pessoas envolvidas no processo educacional se organizem na promoção de um projeto comum, sob pena de despendermos esforços e gastos sem sucesso.

A formação de uma verdadeira gestão colegiada da escola é o que defende Luck (2012). A autonomia da gestão escolar através de órgãos colegiados como conselhos, associações de pais e mestres, entre outros, são caminhos para estabelecer sólidas relações entre escola e sociedade. Essas estruturas da gestão colegiada devem ser responsáveis pelas diversas funções do processo educativo: administrativa, pedagógica, material, etc.

Enquanto grande mecanismo de construção da autonomia da gestão escolar, Luck (2012, p.66) compreende que

Um órgão colegiado escolar constitui-se um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios [e contribuições] para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários.

Os órgãos colegiados surgem, então, como instrumentos da gestão colegiada da escola integrando escola e comunidade; e abrangem os aspectos: financeiro, pedagógico, cotidiano, estrutural, material, humano e projeto político pedagógico. Tendo em vista esta compreensão da ação de uma gestão colegiada, podemos concluir que a escola tem como mecanismo fundamental para a organização de uma gestão colegiada seu projeto político pedagógico, a partir do qual é possível se criar, organizar, estruturar e efetivar uma gestão escolar verdadeiramente democrática e participativa para a execução de um projeto de educação que contemple o conjunto da população que alcançará.

Freitas (2000, p.51) compreende o órgão colegiado como um “[...] instrumento permanente de educação política através da participação [...]”, cuja uma das principais funções é estimular a co-responsabilidade e a participação, e legitimar as decisões tomadas em âmbito escolar.

Segundo afirma Freitas (2000), muitos dos membros que compõem os órgãos colegiados não conhecem seu papel nesses espaços ou não detêm suficiente competência para fazer de suas participações nesses órgãos uma ação que, de fato, legitime e represente seus pares. Legitimando apenas suas próprias vontades e necessidades ou as vontades e necessidades dos diretores ou das secretarias de educação. A respeito deste aspecto é importante determos nossa reflexão: muitas vezes não é a falta de conhecimento ou experiência para participar de órgãos colegiados que impera, mas a cultura presente nas instituições sociais brasileiras, notadamente a escola, que lança mão de ações corruptas, represálias, retaliações, perseguições aos que se colocam contrários aos posicionamentos das instâncias superiores. No Brasil desempenhar um papel de forma independente nos espaços públicos não é uma tarefa fácil; e que isto não nos sirva de desculpa, sendo uma constatação que precisa ser levada em conta para ser combatida e transformada.

Aranda (2011, p.51) destaca a importância dos CEs, compreende-os como mecanismos representativos da comunidade, e instrumentos de deliberação coletiva, haja vista que “se inserem na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada”. É através dos CEs que a sociedade faz parte da formulação de políticas e normas educacionais, participando nas decisões dos dirigentes.

De acordo com a autora, o movimento de democratização e participação social levou à criação do “Programa Gestão da Política de Educação” que se materializou através do “Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares”, mecanismo que busca promover e fortalecer a gestão democrática.

Fica sinalizada pelas autoras a necessidade de ações mais locais, envolvendo pessoas com atuação direta e indireta nos processos da escola; a proposição de uma gestão democrática para níveis superiores de gestão; bem como a participação da comunidade em geral e representantes das escolas. Este é o caminho para a organização da ação educacional e para fazer a diferença na educação.

Por fim, compreende-se que a prática de uma escola democrática, participativa e autônoma, dentre outros aspectos, exige mudanças de comportamento e desenvolvimento de uma cultura participativa nos membros da escola e da comunidade local; demanda comunicação clara, transparente e aberta entre todos os integrantes da comunidade escolar e local, elevada autoestima e respeito ao próximo; precisa de

suficiente suporte governamental e adequada disponibilidade de materiais e estrutura; e requer habilidades, técnicas-científicas, intra e interpessoais.

3.2 Interfaces com a escola

Segundo Paro (2005) a escola tem potencial para contribuir para a transformação social, mas, por enquanto, essa é somente sua potencialidade já que a função que a escola desempenha na sociedade atual está ligada à reprodução das ideologias dominantes, respondendo a uma estrutura econômica.

A escola de hoje ainda é um sistema hierárquico, cujo poder está centrado nas mãos do diretor; aquela figura responsável por cumprir a lei e a ordem na unidade escolar, agindo em nome do Estado e sem autonomia real para atuar. Assim sendo, o cargo do diretor constitui-se num verdadeiro obstáculo à autonomia e à reorganização da autoridade no interior da escola, estabelece uma hierarquia e centraliza as decisões, objetivando a promoção e a defesa dos interesses dos grupos dominantes (PARO, 2005).

Freitas (2000) chama atenção para a insuficiência e ineficiência de incentivos concretos à autonomia administrativa, financeira, pedagógica e à gestão democrática e participativa no cotidiano escolar. Não há efetivo desenvolvimento de líderes escolares autônomos, portanto são poucos os líderes escolares que exercem gestão democrática e participativa e que incentivam a autonomia. O que existe, de fato, é um discurso teórico de defesa da descentralização e da democratização – participativa na administração da escola pública; com ações isoladas, pouco significativas e temporárias. Desse modo, pode-se afirmar que a organização da escola e do sistema de ensino público brasileiro ainda é centralizada, embora em todo o Brasil também haja iniciativas para fortalecer a democratização e autonomia da escola pública.

É preciso, portanto, democratizar as relações no interior da escola, transformando o esquema de autoridade ali atuante. Mas, as iniciativas de transformação devem emanar dos trabalhadores. Para tanto, a escola precisa passar por um processo de conquista, encabeçado pelas camadas trabalhadoras, e que permita a participação dos diversos setores da escola: discentes, docentes, equipe gestora, pais e

demais profissionais da educação, e comunidade local; todos aqueles diretamente envolvidos nos processos que se dão espaço escolar.

De acordo com Paro (2005) o processo democrático trata da distribuição do trabalho no interior da escola, e inclui a comunidade na tomada de decisões e execução de ações. É o poder de decidir, acompanhar e executar. Nesse processo democrático é imprescindível o diálogo com a comunidade para que se conheçam seus interesses e necessidades, aproximar-se da comunidade e deixar que essa se aproxime da escola.

Cumprir destacar que esse é um processo que envolve os indivíduos e suas personalidades, este aspecto exige atenção e cuidado, uma vez que o autoritarismo se manifesta nas concepções e práticas individuais. Há diversos interesses contraditórios presentes nas relações escolares, contudo, o foco de ação da GDP deve ser os objetivos conjuntos.

Souza (2011) compreende que a democracia na educação representa qualidade de ensino e promoção da formação da cidadania. Mas, adverte que nesse processo de participação coletiva envolve saberes individuais e coletivos, opiniões individuais e coletivas, anseios e necessidades individuais e coletivas, entre outros fatores.

A gestão democrática é caracterizada por uma escola participativa, pois significa na visão de Paro (2005) participação efetiva dos trabalhadores nas decisões da escola. Há, portanto, que se criar condições de possibilidade dessa participação através de mecanismos que permitam distribuir a autoridade no interior da escola, e que confirmem autonomia à escola. Nesse sentido, o autor aponta o conselho da escola como potencialidade a ser explorada.

A participação é uma dimensão formativa e construtiva do sujeito uma vez que possibilita-o apreender conteúdos e métodos pedagógicos; contribuir no trabalho e nas decisões escolares; bem como contribuir com o processo de avaliação institucional, do ensino e da aprendizagem.

Souza (2011, p.285) compreende que

É fundamental que todos tenham a compreensão de que os espaços de participação e de construção coletiva no interior da escola são igualmente formativos e fundamentais para a promoção humana, haja vista que seus resultados e consequências ultrapassam os limites dos muros escolares, atingem positivamente a comunidade, além de contribuir para a consolidação da autonomia, seja dos sujeitos, seja da instituição.

Paro (2005, p.18) compreende que a democracia é uma aliada da população para pressionar o Estado a oferecer uma educação de qualidade, e tem como premissa que “[...] a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta.”

Sobre o autoritarismo nas práticas educativas escolares, Paro (2005) ressalta que há educadores que assimilam muito bem o discurso teórico das relações não autoritárias, mas, na prática, não adotam posturas democráticas. Para esses profissionais o autor adverte que revejam criticamente seu comportamento, pois isso se dá em função de uma formação de caráter livresco, e com pouco ou nenhum contato com a realidade escolar. Tal contato é indispensável para permitir que aflorem os comportamentos autoritários e, assim, possam ser corrigidos na medida em que o educador (a) repensa criticamente as suas atitudes.

Assumimos que a escola tem potencial de transformação social e construção de novas culturas educacionais e escolares, com práticas que superem a exclusão e a dominação; com relações mais igualitárias, críticas, reflexivas, empoderadoras, inclusivas, promovendo de fato a autonomia, a criatividade, a democracia e a cidadania. Mas, como alerta Marques (2011, p.135), para tanto é necessário que alguns aspectos sejam considerados, como a necessidade de se concretizar a democracia na educação contemporânea considerando as questões de identidade individual e coletiva; e que se transformem relações de poder em relações de autoridade partilhada. Logo,

De fato, a qualidade da educação não pode ser enfrentada tão somente por mudanças na forma de gerir as Unidades Escolares, ela envolve, igualmente, a capacitação docente, a melhoria salarial, a reestruturação da rede física, entre outros. Mas a gestão participativa contribui, certamente, no aprendizado do jogo democrático.

Para Cabral Neto (2011) o sucesso de uma gestão democrática parte de um grande pacto coletivo pautado num projeto educacional coletivo envolvendo Estado, escola, sociedade, profissionais da educação, alunos e comunidade local. Essa ação pactuada entre Estado, escola e profissionais da educação deverá servir para criar uma cultura democrática na escola – onde cada parte/grupo assuma negociações e responsabilidades.

Nesse sentido Cabral Neto (2011, p.270) aponta os conselhos escolares como mecanismos de diálogo para a efetivação e aperfeiçoamento da gestão democrática (GD) e consolidação da autonomia. O conselho escolar é, portanto, “[...] um espaço de debate, de formulação de políticas administrativas e pedagógicas, de formulação de regras em nível local, de criação de mecanismos de articulação com as outras instâncias do sistema.”.

Para o referido autor (p.265),

[...] reforça-se o argumento de que a descentralização nem sempre funciona como elemento estimulador da democratização da ação estatal. Muitas vezes, ela se apresenta, apenas, como uma forma mais eficiente de controle (dos gastos públicos). O processo de descentralização atualmente em desenvolvimento no sistema educacional não foi necessariamente resultado das conquistas democráticas por parte dos movimentos sociais.

O Conselho Escolar (CE) para Marques (2011, p.136) funciona como um mecanismo para operacionalizar a gestão participativa. Em suas palavras

O Conselho Escolar é um órgão deliberativo, responsável pela gestão das Unidades Escolares, cuja composição é constituída por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, proporcionando a tomada de decisões (políticas, administrativas, pedagógicas, financeiras) considerando a contribuição de seus membros.

A respeito do CE, não podemos perder de vista que deverá funcionar enquanto uma instituição política plural, antagônica e inclusiva, formada por pessoas com interesses coletivos e individuais diferentes que devem ser considerados e respeitados.

Calcado nas considerações realizadas, é oportuno fazer um breve relato das atividades por mim desenvolvidas, seguidas das devidas observações realizadas, por ocasião da realização do estágio Supervisionado na Escola Estadual Francisco Campos, especificamente sobre o processo de GE. Na ocasião, coletei informações oriundas de observações (sistemáticas e assistemáticas) e da documentação da escola (Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da Escola), acompanhadas das devidas anotações. As referidas observações pautaram-se na análise dos documentos (Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno) da escola campo de estágio, os quais forneceram pistas acerca da materialização do processo de GE.

Conforme mencionado, em cumprimento às atividades do componente curricular Estágio Supervisionado em Gestão Educacional (etapa obrigatória para conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia) minhas atividades de estágio supervisionado foram realizadas na Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos, localizada na cidade de João Pessoa. A realização do estágio compreendeu o período de 16 a 20 de maio de 2016, totalizando uma carga-horária de quarenta horas, distribuídas em cinco dias.

Durante o estágio supervisionado observei que as atividades administrativas desenvolvidas pela diretora da unidade escolar campo de estágio estiveram concentradas no aspecto pedagógico (com auxílio às demandas de discentes e docentes) e na gestão de pessoal (relações humanas); bem como no atendimento aos pais ou responsáveis e à comunidade local.

A rotina de trabalho da diretora da escola supramencionada iniciava-se com o acolhimento aos professores e alunos no início do turno de aula, em seguida dirigia-se à sala da diretoria para organizar as atividades do dia juntamente com a orientadora pedagógica, e na sequência iniciava a resolução das demandas do dia; sendo solicitada a todo instante por professores, alunos, funcionários, pais e membros da comunidade para resolução de questões da escola. No dia-a-dia a diretora costuma passar em todas as salas de aula para verificar o andamento das aulas e a frequência de docentes e discentes; aqueles alunos com grande número de ausências têm suas famílias convidadas à escola para uma conversa com a diretora e com a orientadora pedagógica. Também é dedicado um tempo à análise e planejamento das questões financeiras, com a ajuda da presidente do conselho deliberativo. Há reuniões diárias com a orientadora pedagógica a respeito das demandas apresentadas pelos discentes. Diariamente os e-mails da escola são verificados para atender às notícias e solicitações, principalmente da Secretaria Regional.

Considerando-se as observações acerca do perfil profissional da diretora da escola em questão, foi possível depreender um posicionamento receptivo às colaborações, aberto ao diálogo e ao trabalho conjunto, o que faz dessa escola um ambiente aberto ao papel ativo de seus integrantes. Suas ações profissionais informam a compreensão de que um bom trabalho de GE deve englobar todos os aspectos inerentes à realidade da escola, alicerçando-se em um plano de trabalho bem estruturado em uma ampla visão pedagógica. Essas ações deverão estar alinhadas ao PPP da escola como

condição fundamental para que se obtenham resultados educacionais significativos. Nesse percurso, portanto, cabe ao gestor (a) dar o suporte necessário à escola e saber conduzir seus projetos, atentando também para os descritores educacionais.

Por outro lado, também foi possível identificar no perfil profissional da diretora uma excessiva dedicação e doação às questões da unidade escolar, o que parece dificultar o processo de delegar atribuições e responsabilidades no ambiente de trabalho. A dedicação e o perfeccionismo excessivos no trabalho dificultam ações compartilhadas e a promoção de espaços colegiados e, de fato, nota-se que a escola não estimula a presença da comunidade nos momentos de discussão e deliberação, ficando essa participação restrita ao espaço do conselho deliberativo.

Contudo, em dois momentos distintos do estágio foram observadas situações de diálogo entre a diretora, os professores e os pais de alunos para elaboração de ações conjuntas para a resolução de problemas da escola.

Na Escola Estadual Francisco Campos identifica-se um trabalho de gestão voltado à concretização diária, efetiva e eficaz, do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, buscando a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a atividade de planejamento é valorizada e estimulada; são realizados planejamentos mensais e bimestrais com a participação de toda a equipe escolar: docentes, discentes, equipe de apoio técnico, orientadores pedagógicos, supervisores, diretora e vice-diretora.

De maneira geral, percebeu-se que a atuação da gestão na Escola Francisco Campos caminha na perspectiva da colaboração e transparência, inclusive quanto à administração dos recursos financeiros. Há uma perspectiva de trabalho que se procura distanciar do isolamento e trabalhar em equipe, contando com a colaboração da orientadora pedagógica, supervisora educacional, vice-diretora, presidente do conselho e pessoal do quadro técnico no sentido da promoção do projeto escolar. As decisões importantes da escola são tomadas em conjunto a partir de reuniões com professores, equipe pedagógica e pais de alunos. No entanto, será necessário que a escola incentive as ações de seu órgão colegiado, e incentive a criação de outros espaços de decisões coletivas e compartilhadas, com maior participação da comunidade local.

A análise do PPP da Escola Francisco Campos (documento elaborado no ano 2000 e atualizado anualmente) nos fornece uma definição de GD que orienta as ações

pedagógicas desta escola, ancorada na legislação do sistema de ensino. Sendo, portanto, a GD compreendida enquanto um princípio de ensino e uma característica que permite à escola melhor atender às necessidades da comunidade a partir da participação desta na vida escolar, na busca de soluções para os problemas e demandas da escola (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS, 2017).

Dessa forma, o cumprimento da GD nessa escola pretende integrar escola e comunidade, refletir para além dos muros da escola e ser um caminho para a conquista da cidadania.

Para tanto, a GD se materializa, principalmente, através do CE (órgão deliberativo composto por uma assembleia geral e um conselho deliberativo) formado por pais, discentes, docentes, funcionários, gestores e membros da comunidade local. A composição do CE é assim realizada: um professor de cada turno escolar, um aluno com idade mínima de doze anos, um funcionário de cada turno escolar, um membro representante da comunidade local, um pai ou responsável, a diretora e a vice-diretora da escola, um membro da equipe técnica e o presidente do conselho. A escolha dos membros do CE é feita através de eleição com os membros de cada categoria representada, essas eleições para composição do conselho acontecem a cada dois anos, tendo a última acontecido aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete conforme consta em ata lavrada em cartório (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS, 2017).

O conselho da escola é uma sociedade sem fins lucrativos, e de duração indeterminada, que colabora com a assistência e formação escolar. Seus recursos, cujo uso é de responsabilidade do presidente e do tesoureiro do conselho, com auxílio da diretora, são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS, 2017).

São atribuições do conselho deliberativo:

Exercer a suspensão geral no âmbito escolar; Propor medidas visando o eficiente funcionamento da escola; Homologar decisões do gestor referente à aplicação de penalidades aos servidores e escolares em exercício na escola; Deliberar sobre proposta de instituição do gestor e adjuntos nos termos da

legislação em vigor (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS, 2017, p.24).

Na Escola Estadual Francisco Campos o cargo de direção é ocupado por meio de eleição direta, com os votos da comunidade local, desde o ano de 1989. Há dezesseis anos a administração desta escola está sob a responsabilidade da mesma diretora – que se auto intitula “gestora geral”. Também cabe à gestão desta escola: representar a escola; convocar e preside todas as atividades e reuniões escolares; estabelecer normas disciplinares de funcionamento da unidade escolar; promover comemorações cívicas e das demais datas comemorativas; responder e prestar contas dos recursos destinados à escola (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS, 2017).

Conforme consta no PPP dessa escola, o gestor é o responsável por zelar pelo “desenvolvimento dos objetivos educacionais”, a esse cargo também compete administrar as atividades pedagógicas, disciplinares e financeiras; atuando em conformidade com a política da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), com o conselho deliberativo e com as normas regimentais (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS, 2017).

Do Regimento Interno da Escola Francisco Campos consta que a administração é formada pela direção e direção adjunta, pelo pessoal de apoio administrativo e pessoal técnico pedagógico.

Sobre as competências da direção da escola consta que,

[...] compete administrar as atividades de caráter pedagógico, disciplinar e de natureza financeira, de acordo com a política emanada da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, das decisões do Conselho e das normas deste regimento (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 6).

O serviço de Assistência Social atua em conjunto com a equipe de apoio educacional interligando família, escola e comunidade. Sua atuação junto à Associações de Pais e Mestres, Conselho Deliberativo, e outros serviços disponibilizados pela escola, objetiva incentivar a participação de todos nas decisões da escola.

Outro serviço mantido pela escola cujo objetivo também é integrar escola e comunidade é o Círculo de Pais e Mestres: constituído pela direção, docentes,

supervisor e pais de alunos. O Círculo de Pais e Mestres participa das reuniões convocadas pela escola e pretende despertar a consciência de responsabilidade dos pais na educação de seus filhos.

De acordo com o regimento interno, compete ao Conselho Deliberativo Escolar:

I – Exercer a supervisão geral no âmbito do estabelecimento; II – Propor medidas visando a eficiência, melhoria e otimização do ensino; III – Sugerir ações, tendo em vista a integração escola e comunidade; IV – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Magistério Público do Estado da Paraíba e outras normas referentes à educação; V – Oferecer sugestões a serem incorporadas ao plano anual de atividades da escola; VI – Receber e autorizar a aplicação de todo e qualquer recurso financeiro destinado à escola, tanto oriundos das esferas estadual como federal ou outras possíveis fontes; VII – Examinar semestralmente e aprovar a Prestação de Contas apresentada pelos gestores dos recursos de que trata o inciso anterior; VIII – Encaminhar a quem de direito, as prestações de conta, com o respectivo parecer; IX – Proibir terminantemente a solicitação de contribuição obrigatória em nome da escola aos membros da Comunidade Escolar; X – Sugerir e apoiar medidas de conservação do imóvel, suas instalações, mobiliário e equipamentos; XI – Elaborar, reformar e aprovar o seu próprio estatuto; XII – Promover e exercer atividades de caráter assistencial relacionadas com seus fins específicos (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p.14).

Ao mencionado Conselho compete, portanto, apresentar ideias e ações que promovam a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. As reuniões ordinárias do conselho ocorrem no início de cada ano letivo, ao final de cada bimestre e por ocasião de convocação extraordinária (realizada pelo seu presidente ou pela maioria simples de seus membros).

Faz-se necessário, portanto, um movimento de maior reflexão acerca da gestão escolar por parte de todos os segmentos da escola, no sentido de ampliação da abrangência do processo de gestão. É indispensável, também, desenvolver uma cultura de participação coletiva; estimular formações continuadas sobre gestão escolar democrática e participativa; incentivar a presença da comunidade local, criando outros espaços de discussão e deliberação; buscar um trabalho mais autônomo, sobretudo do ponto de vista da atuação do CE e dos encaminhamentos oriundos da legislação e das políticas educacionais.

Formações continuadas, de natureza técnica e pedagógica, para os educadores da escola poderão contribuir para a concretização de processos de gestão democráticos e participativos.

Uma reflexão mais aprofundada sobre a gestão poderá ampliar as possibilidades de atuação do conselho escolar, permitindo ações mais propositivas, melhor fiscalização do funcionamento da escola em seus vários aspectos, deliberações e discussões sobre resultados alcançados e o desenvolvimento da escola.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho somou as inquietações advindas de minha prática profissional na área de gestão escolar (na função de coordenação de curso em uma escola de ensino médio e técnico) e minhas dúvidas e curiosidades adquiridas ao longo da formação no curso de licenciatura em Pedagogia, principalmente ao cursar os componentes curriculares de estágio em gestão educacional. Foi, portanto, um projeto que reuniu minha vontade de saber, de conhecer mais sobre gestão educacional e gestão escolar democrática-participativa, com minhas experiências e vivências profissionais. Desta fusão, delineou-se o objeto de estudo, que então seria o processo da gestão escolar em seu formato democrático e participativo, a partir do estudo teórico e da pesquisa bibliográfica como caminho metodológico.

Objetivamos analisar o processo da gestão escolar na educação formal, partindo da explicitação de seu formato democrático e participativo na escola, e suas possíveis formas de materialização. Para isso, fizemos um levantamento bibliográfico, além da análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno da escola *locus* de estágio, bem como lançamos mão de observações sistemáticas e assistemáticas registradas em diário de campo a fim de flagrarmos aspectos que envolvessem a gestão democrática.

Para desenvolvermos a investigação fizemos algumas opções teóricas e metodológicas para que pudéssemos discutir as categorias analíticas, a saber: gestão escolar, gestão democrática e participativa, descentralização. De tal forma que o nosso arcabouço teórico e nosso caminho metodológico foram pensados para nos permitir analisar de que maneira uma suposta democracia se efetiva nas práticas de gestão da educação escolar.

Nosso referencial teórico possibilitou-nos refletir a gestão escolar no formato supramencionado, analisando as teorias sobre gestão educacional e sobre democracia, descentralização, autonomia e participação no processo de gestão da escola. E nesse sentido, compreendemos que empregando um discurso de democracia, descentralização e participação, o governo implementou reformas e políticas educacionais de natureza neoliberal, que retiram do Estado grande parte de sua responsabilidade com a promoção

de uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos, e permitem à iniciativa privada inserção e controle na administração pública.

A concretização de um modelo de gestão escolar democrático e participativo exige do Estado políticas voltadas ao fortalecimento e expansão da gestão escolar nessa perspectiva, bem como o esclarecimento de seus princípios e formas práticas de materialização na escola. Assim como exige dos profissionais da educação, sobretudo dos diretores escolares, saberes, competências, atitudes, engajamento e habilidade para o trabalho conjunto e colaborativo, para o desenvolvimento de atividades que promovam a participação de todos os atores escolares, possibilitando a autonomia escolar de modo a suprimir práticas centralizadas, conservadoras, isoladas e individuais.

Embora a gestão democrática tenha sido reconhecida na Constituição Federal (1988) e estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), sua concretização nas práticas educativas escolares ainda é um desafio para todos haja vista a falta de definição de princípios para sua materialização, a falta de ações governamentais para seu incentivo, as limitações por parte dos profissionais da educação (limitações quanto à formação acadêmica para o trabalho na perspectiva da democracia e da participação, limitações individuais e psicológicas), a dificuldade de organização da escola e a pouca articulação entre escola e comunidade local.

A política de gestão da educação brasileira tem caráter neoliberal e está voltada a um projeto capitalista, sendo organizada e estimulada pelos organismos internacionais, o que exige da sociedade táticas de enfrentamento dessa realidade a fim de permitir um processo de gestão educacional dirigido pelo Estado, voltado à sociedade e com qualidade, possibilitando a educação enquanto direito de todos.

Toda a pesquisa utilizada para este trabalho levou-nos a considerar que a gestão da escola pública ainda obedece a uma lógica verticalizada e hierarquizada, com o Estado centralizando as decisões sobre a Educação escolar e pouco se responsabilizando por mantê-la e promovê-la com qualidade, trabalhando no sentido de cumprir os acordos firmados com organismos internacionais. Nas unidades escolares o poder ainda está nas mãos do diretor escolar, cujo papel, na maioria das vezes, é assegurar a concretização das decisões que emanam no poder central: Estado. A comunidade local pouco participa dos espaços decisórios da escola, desconhecendo muitas vezes a importância de seu papel e de sua atuação na escola.

As práticas de gestão escolar na educação brasileira ainda são, em sua maioria, centralizadas, pouco inclusivas e pouco participativas; não promovem a autonomia da unidade escolar; não consideram as condições objetivas do trabalho educacional, nem as especificidades e necessidades de cada escola; e não estimulam a transformação social através da Educação. Somem-se a isso as dificuldades materiais, estruturais, técnicas, financeiras e humanas para se levar à cabo um projeto democrático e participativo de gestão escolar.

Diante desse cenário, apontamos a necessidade do incentivo à formação de espaços colegiados como estratégias de gestão democrática e participativa. Essa caminhada começará no momento de elaboração do Projeto Político Pedagógico e prosseguirá com os Conselhos Escolares enquanto órgãos deliberativos que permitirão a permanente participação de todos os membros da escola (pais, professores, alunos, direção, funcionários, comunidade local) em seu desenvolvimento.

No Projeto Político Pedagógico e no Regimento Interno da Escola Francisco Campos faltam informações quanto à organização e o desenvolvimento da gestão e do conselho escolar, assim como também falta delinear o alcance do processo de gestão e do conselho escolar. Não são identificadas as categorias descentralização, autonomia e participação nos documentos que regulamentam o funcionamento dessa escola. A participação da comunidade local não é explicitada, e se torna restrita ao momento de deliberação do conselho escolar. Será preciso redefinir, organizar, ampliar e detalhar o trabalho da gestão e do órgão colegiado melhor contemplando a atuação da comunidade local.

É bom lembrar que não somos formados academicamente para agir em conjunto e tomar decisões de forma compartilhada. Muitos dos profissionais da educação não foram formados para compreender que a escola é um espaço coletivo que abriga diferentes indivíduos (com anseios, necessidades, interesses e aspectos psicológicos distintos) e que estes fatores devem ser levados em conta uma vez que exercem influências sobre a educação assim como os aspectos, políticos, econômicos e culturais.

A sugestão é que sejam criados mais mecanismos colegiados como grêmio estudantil, associação de pais e mestres, junta comunitária, entre outros órgãos que possibilitem tornar a gestão na escola Francisco Campos verdadeiramente democrática, participativa e autônoma. Será preciso, enfim, desenvolver uma cultura de participação entre os membros da comunidade escolar e local.

Entendemos que a dificuldade de concretizar práticas de gestão descentralizadas, democráticas e com a participação de todos os atores escolares atinge muitos sistemas de ensino e escolas, e isto é reflexo da inconsistência e fragilidade da política de gestão educacional do Estado, que, conforme informamos anteriormente, serve aos interesses capitalistas e neoliberais e não ao cidadão trabalhador.

A gestão educacional deve abranger a totalidade do processo educativo escolar, nos seus aspectos: político, administrativo, estrutural, material, técnico, financeiro, pedagógico, humano. Deve ser um processo articulado, participativo, coletivamente organizado, e que leve à autonomia da escola na definição de objetivos, na identificação e resolução de problemas, e na concretização de um projeto educacional para seus usuários. Somente uma gestão escolar pública democrática, descentralizada e efetivamente participativa estará comprometida com a qualidade do ensino.

A abertura ao diálogo, a transparência nas ações e a valorização da participação coletiva são condições *sine qua non* para o desenvolvimento de processos de gestão escolar eficazes do ponto de vista da autonomia, cidadania, garantia de direitos sociais e transformação social.

O trabalho dos órgãos colegiados escolares deve ter caráter analítico, reflexivo e crítico. Não cabe ao órgão colegiado simplesmente deliberar, cabe, principalmente, pensar, construir e discutir ideias, organizar dados e tomar decisões, posteriormente examinando e refletindo os resultados para melhorar.

Nossa pretensão não foi a de apresentar visões negativas ou positivas da gestão escolar pública, mas apontar caminhos para que concretizemos processos de gestão escolar com democracia e participação. Esperamos contribuir para a reflexão de práticas educativas escolares mais adequadas à realidade de cada unidade escolar, que considerem suas especificidades, necessidades e objetivos educacionais, no sentido de efetivar o propósito de qualidade na formação humana e cidadã, e a transformação social para melhor qualidade de vida.

Nossas reflexões são parciais, elas não esgotam a discussão. Convidamos você leitor (a) e pesquisador (a) a investigar o que não foi possível esclarecer, buscando compreender melhor o fenômeno educativo.

REFERÊNCIAS

- ARANDA, Maria Alice de Miranda. A participação como princípio orientador da política educacional no Brasil. In: **Educação brasileira: interfaces e solicitações** recorrentes. Paulo Gomes Lima e Alessandra Cristina Furtado. (Org.). Dourados. Editora: UFGD, 2011. 224p.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Gestão da Educação** – impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. SP: Cortez, 2004. 318p.
- BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- _____. 1996. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- CABRAL NETO, Antônio. Gestão e qualidade de ensino: um labirinto a ser percorrido. In: **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino**. Luiz de Sousa Junior, Magna França, Maria da Salete Barboza de Farias. (Org.). Brasília: Liber Livro, 2011. 380p.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos** estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DOURADO, Luís Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: Ferreira, Naura S. **Gestão democrática da educação: atuais** tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000. p. 77-95.
- ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPUS. **Projeto Político Pedagógico: educação patrimonial, identidade e memória**. João Pessoa, 2017. 33p.
- FREITAS, Kátia Siqueira de. Uma inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n.72, p. 47-59, fev./jun. 2000.
- GOMES, Antônio Carlos Pereira; GOMES, Katianne Pereira. **Gestão democrática e participativa e as contribuições para a geração da qualidade no âmbito escolar**. <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:n6596DipvZcJ:moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2137/ARTIGO-_CARLOS_E_KATIANNE_FINAL.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. 80p.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação e Cultura. Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campus. **Regimento Interno**. João Pessoa, 2017. 25p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LUCK, Heloísa. Fundamentação e princípios da educação e da gestão escolar. In: _____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. p.15-30.

_____. Gestão democrática e participativa. In: _____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. p. 69-80.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série Cadernos de Gestão, vol. II. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARQUES, Luciana Rosa Marques. Democracia, gestão e reconhecimento na escola pública. In: **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino**. Luiz de Sousa Junior, Magna França, Maria da Salete Barboza de Farias. (Org.). Brasília: Liber Livro, 2011. 380p.

Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. Conselhos escolares nos sistemas de ensino. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília-DF, 2004, p. 39-49. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares/publicacoes/>>. Acessado em: 02/10/2016.

MIRANDA, Paula Roberta; PASQUINI, Adriana. As bases teóricas e legais da gestão democrática da escola pública no Brasil pós-1990. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.46.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 300-307.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. Série Educação em Ação. 3 ed. Editora Ática, 2005.

PINTO, João Bosco G. O projeto de dissertação: sugestões para sua elaboração. Recife, 1982.

RAPIMÁN, Daniel Quilaqueo. Pesquisa qualitativa em educação: possibilidades de investigação em educação. In: **Metodologias qualitativas: teoria e prática**. Manuel Tavares e Roberto Jarry Richardson. (Org.). 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2015. 408p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. O modelo gerencial de gestão pública e sua aplicação na educação brasileira. In: **Educação brasileira: interfaces e solicitações**

recorrentes. Paulo Gomes Lima e Alessandra Cristina Furtado. (Org.). Dourados. Editora: UFGD, 2011. 224p.

SILVA, Andréia Ferreira da. Avaliação da educação básica, gestão escolar e trabalho docente. In: **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino**. Luiz de Sousa Junior, Magna França, Maria da Salete Barboza de Farias. (Org.). Brasília: Liber Livro, 2011. 380p

SOARES, Swamy de Paula Lima. Conselho escolar: estratégia de gestão democrática. **TV Escola/Salto Para o Futuro – Edição especial**. Ano XXI, Boletim 15, p. 3-9, novembro, 2011. ISSN 1982-0283. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/15013815-EEConselhoEscolar.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de Souza. Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas. In: **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino**. Luiz de Sousa Junior, Magna França, Maria da Salete Barboza de Farias. (Org.). Brasília: Liber Livro, 2011. 380p

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

ANEXOS

ANEXO A – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos

**ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
FRANCISCO CAMPOS**

*Projeto
Político-Pedagógico*

Educação Patrimonial: identidade e memória



João Pessoa

2017

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
FRANCISCO CAMPOS

Projeto Político-Pedagógico

João Pessoa

2017

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA.....	3
2 VISÃO ESTRATÉGICA DA ESCOLA	3
2.1 Nossos valores.....	3
2.2 Nossa visão do futuro	4
2.3 Nossa missão	4
3 OBJETIVOS	4
3.1 Objetivo Geral.....	4
3.2 Objetivos Específicos.....	4
4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
4.1 Histórico	5
5 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE	5
6 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	6
7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	7
7.1 Projeto <i>Educação e ação: aprendendo com motivação</i>	7
7.2.1 Justificativa.....	8
7.1.2 Objetivo Geral	8
7.1.3 Objetivos Específicos.....	9
7.1.4 Estratégias	9
7.1.5 Avaliação.....	Erro! Indicador não definido.
7.2 Princípios pedagógicos.....	10
7.3 Normas da Escola ao discente	11
7.1.1 O desenvolvimento da educação em sala de aula.....	Erro! Indicador não definido.
8 SERVIÇO ADMINISTRATIVO	11
8.1 Administração da escola.....	11
8.2 Competências do Gestor Escolar.....	12
8.3 Serviço de Secretaria.....	12
8.3.1 Atribuições que competem ao secretário:	12
8.4 Serviço Psicopedagógico.....	13
8.4.1 Supervisor escolar	13
8.4.2 Orientador Educacional.....	13
8.4.3 Serviço Social.....	14
8.4.4 Professor.....	15
8.4.5 Serviço de Merenda Escolar.....	16
8.4.6 Serviço de Vigilância	16

8.4.7 Serviço de Limpeza e Conservação.....	17
8.4.8 Serviço de Disciplina	17
8.5 Planejamento	17
8.6 Proposta Pedagógica e Currículo	17
8.7 Conteúdos de ensino.....	18
8.7.1 Língua Portuguesa.....	18
8.7.2 Matemática.....	20
8.7.3 Ciências.....	20
8.7.4 História e Geografia	21
8.7.5 Formação Religiosa.....	21
8.7.6 Língua Estrangeira	21
8.7.7 Educação Física.....	22
8.7.8 Artes	22
8.8 Política de avaliação da aprendizagem.....	22
8.8.1 Objetivos da avaliação escolar	23
8.9 Gestão democrática	24
8.9.1 Conselho Deliberativo.....	24
8.9.2 Apoio ao estudante.....	25
9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	25
8.2 Conselhos da Escola.....	26
10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTOS CURRICULARES	27
10. ESTRATÉGIAS DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO	27
11. O PLANO DE AÇÃO	28
11.1 AÇÕES PEDAGÓGICAS.....	29
11.2 METODOLOGIA	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico consiste em avançar de forma articulada e planejada em busca do desenvolvimento educacional, mantendo um bom rendimento no processo de ensino-aprendizagem. Nossa meta é alcançar um ensino de qualidade com bons planos de trabalho, evitando assim caminhos improvisados que afastam o foco almejado pela comunidade escolar.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento crítico, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- Valorização do profissional na educação escolar;
- VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- Garantia de padrão de qualidade;
- X- Valorização da experiência extraescolar;
- XI- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2 VISÃO ESTRATÉGICA DA ESCOLA

2.1 Nossos valores

- Qualidade – Promover oportunidades com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino;
- Integração – Incentivar o trabalho em equipe visando a coletividade;
- Respeito – Desenvolver o sentimento de respeito em toda a comunidade escolar;
- Motivação – Proporcionar atividades de sensibilização para motivação.

2.2 Nossa visão do futuro

Nossa escola tem por objetivo ser referência em qualidade de ensino e formação, através da motivação, integração, respeito e responsabilidade em toda a comunidade escolar.

2.3 Nossa missão

Nossa missão é garantir um ensino de qualidade, oferecendo um ambiente integrativo, com responsabilidade e respeito, preparando nossos alunos para o convívio social.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Proporcionar um ensino de qualidade em meio ao convívio democrático, comprometido com os princípios de liberdade, respeito e ação.

3.2 Objetivos Específicos

- Estimular o aluno através de situações que favoreçam a consciência crítica e questionadora voltada para práticas do dia-a-dia;
- Proporcionar um espaço que permita a cultura de paz;
- Assistir aos professores de maneira psicopedagógica para que coloquem em prática os conhecimentos teóricos;
- Assessorar e acompanhar sistematicamente o processo de ensino-aprendizagem através do serviço psicopedagógico da escola;
- Orientar os pais e/ou responsáveis acerca de seus filhos com relação ao rendimento escolar, as diferenças e a importância da demonstração da afetividade;
- Criar uma relação entre escola e família que viabilize o crescimento educacional e pessoal do alunado através de encontros, reuniões e visitas domiciliares, se necessário;
- Elaborar e acompanhar os projetos desenvolvidos na escola;
- Investigar, avaliar e documentar o processo contínuo da prática escolar.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

4.1 Histórico

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos, situada na Rua Bourgueville, s/nº, Anatólia, na cidade de João Pessoa-PB, foi fundada no dia 29 de maio de 1985, na gestão do governo de Wilson Braga Leite e respectivo secretário José Loureiro Lopes, sob decreto nº 10.694 de 25/05/1985 e ato de reconhecimento nº 108/2013 de 22/06/2013.

A escola, no ano letivo de 2016/2017, está passando por um processo de melhoria na sua estrutura física com reforma concedida pelo Governo do Estado da Paraíba. Atualmente, a instituição apresenta um espaço físico amplo, distribuído em 6 salas de aula, um refeitório, uma cozinha com despensa para armazenamento de merenda, secretaria, direção, laboratório de informática, uma quadra poliesportiva coberta, 2 banheiros de uso comum, um banheiro para funcionários e 3 banheiros próprios para banho após o Mais Educação.

O Ensino Fundamental, com duração de 9 anos (Lei nº 11.274/2006) compreenderá, anualmente, 800 horas de atividades escolares de acordo com a legislação vigente. Além disto, a escola tem trabalhado este ano com o Projeto Alumbrar de correção de fluxo direcionado a alunos entre 13 e 17 anos com distorção de série e idade nos últimos anos do ensino fundamental. Este projeto tem sido muito importante para os alunos, pois permite a adequação de uma metodologia direcionada a este grupo com o acompanhamento de coordenadores da Fundação Roberto Marinho, bem como à escola, que apresentou uma melhora no ambiente escolar, com turmas mais empenhadas com climas mais agradáveis.

A instituição funciona nos turnos manhã e tarde. Pela manhã, com as turmas de 4º a 5º, 6º e 7º ano e à tarde com as turmas de 6º a 9º ano e a turma B de Correção de Fluxo. Atualmente, a escola funciona com cerca de 240 alunos compreendidos entre os turnos manhã e tarde. Já o quadro dos funcionários da escola é formado por 46 funcionários, dentre eles, 20 são professores.

A escola é mantida pelo repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do PDDE/PB, onde temos o Programa Novo Mais Educação. Além disso, a escola também dispõe de verbas para a Merenda Escolar através do Programa de Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE). Dentre o programa de intervenção pedagógica estamos trabalhando com a perspectiva de melhorar a leitura e a escrita através do projeto Educação Patrimonial: Identidade e Memória, para atingirmos nossas metas. Atualmente nossa IDEB NACIONAL DO 5º ano 4,3 e o 9º ano 4,9 e o IDEB/PB É DE 4,6 NO 5º ANO e 9ºANO 4,5. Abaixo segue o numero de alunos matriculados em 2017 conforme o saber.

4º ano manhã	17 alunos
5º ano (A) manhã	21 alunos
5º ano (B) manhã	20 alunos
6º ano manhã	19 alunos
7º ano manhã	22 alunos
6º ano tarde	17 alunos
7º ano tarde	28 alunos
8º ano tarde	39 alunos
9º ano tarde	36 alunos
ALUMBRAR tarde	12 anos

5 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A comunidade atendida pela Escola Francisco Campos abrange, em sua maioria, indivíduos pertencentes a famílias de baixa renda e com baixo nível de escolaridade, dentre eles, funcionários públicos, comerciantes, empregadas domésticas e funcionários da construção civil. Estes estão compreendidos entre o Conjunto Anatólia e áreas circunvizinhas, como os bairros de Castelo Branco, Mangabeira, José Américo, Colibris e Jardim Cidade Universitária.

6 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A proposta pedagógica da escola está de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9.394/96, Título II, que trata dos princípios e fins da Educação Nacional Art. 3º.

I- Igualdade de condições;

II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- Coexistência de instituições públicas de ensino;
- VI- Gratuidade do ensino público em Estabelecimento Oficial;
- VII- Valorização do profissional de educação escolar;
- VIII- Gestão democrática do ensino público na forma desta lei da Legislação do sistema de ensino;
- IX- Garantia de padrão de qualidade;
- X- Valorização da experiência extraclasse;
- XI- Vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

Tomando como base estes princípios, a escola segue uma linha filosófica que se propõe a compartilhar, discutir, dialogar, discordar, sugerir e questionar. Isso permite um espaço para o erro, as contradições e diferenças onde a liberdade de pensar seja estimulada nos processos de análise, reflexão e críticas sobre a realidade sociocultural, havendo autonomia entre professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem.

7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

7.1 Projeto *Educação Patrimonial: identidade e memória*

Conforme as mudanças nos paradigmas da educação e tentando buscar uma metodologia mais atrativa, envolvente e mais motivadora, nos propomos a inovar nossas ações e ao mesmo tempo, subsidiar nossos alunos com dificuldades de escrita e leitura, tendo em vista que dentro dessa proposta educativa e incentivadora poderemos dar um salto qualitativo em benefício dos alunos que se encontram em nível de desigualdade em relação a outros alunos da mesma série.

Pretendemos nesse ano letivo de 2017, encontrarmos o caminho para instruir o alunado que enfrenta dificuldade em leitura e escrita.

Ressaltamos ainda o intuito de criarmos o hino da nossa escola, assim como a construção de nossa família.

Salientamos ainda, que dentro dessa proposta iremos resgatar a historia da nossa escola: sua origem, data da construção, seus fundadores as reformas que vem ocorrendo ao

longo dos anos, tornando o espaço escolar mais agradável para realizações pedagógicas e esportivas, área de alimentação e todo espaço físico interno e externo.

7.2.1 Justificativa

A preparação de um projeto ou trabalho de pesquisa é algo complexo e requer o Maximo de atenção e planejamento por parte do pesquisador. Quando há um levantamento histórico acerca do tem, a cautela deve ser ainda maior, tendo em vista a pluralidade das fontes de pesquisa.

Neste sentido, estabelecer diretrizes e pontos de partida são fundamentais, inclusive desde a pesquisa provisória do assunto. Reside neste ponto a justificativa de se fazer este projeto inicial sobre a temática.

Portanto, estudar a historia da Escola Francisco Campos (incluindo seus símbolos, bandeiras, regimento interno) é a principal motivação desta pesquisa interdisciplinar. Além disso, inclui a importância do estudo do patrimônio cultural da Paraíba e seus desdobramentos, tais como: monumentos, musicas, artesanato, festas, danças entre outras questões inerentes à historia do Estado.

Pertinente destacar a viabilidade do projeto, levando-se em consideração o vasto material bibliográfico disponível e a legítima contribuição social daquele, uma vez que esta sendo instrumento disseminador da historia e da memória da Escola Francisco Campos, bem como da Paraíba.

É sabido que a maioria dos alunos com dificuldade de aprendizagem e escrita normalmente passam pouco tempo em contato com livros, revistas e jornais e por um motivo ou outro não aprendem a ler e escrever no determinado tempo, ficando a deriva nas salas de aula.

Maslow (Cloninger,1999) estabelece uma hierarquia em que as necessidades se apresentam, e as pessoas só sobe na hierarquia se a necessidade anterior estiver satisfeita, caso contrário, o crescimento se detém. A hierarquia de Maslow é formada pela necessidade de:

- Auto realização;
- Estima;
- Amor e pertença;
- Segurança;
- Fisiológicas.

As crianças e adolescentes sem esses requisitos chegam à escola inseguras, não se sentem pertencentes ao ambiente escola, além disso, temem errar, e por essa razão evitam questionar, participar, e ainda sentem incapazes.

Portanto se faz necessário um novo olhar voltado para essas dificuldades que vem ocorrendo ao longo dos anos em muitas escolas.

7.1.2 Objetivo Geral

Aperfeiçoar a proficiência dos alunos com vistas à melhoria da qualidade do ensino em nosso Estado e em nossa escola, praticando a pesquisa como eixo central do estudo discente e reforçando a habilidade da leitura sob a forma de realização do I Congresso Cultural do Francisco Campos.

7.2.2 Objetivos

7.2.2.1 Objetivo geral

Valorizar a identidade e memória de todos como pertencentes e construtores de sua história.

7.2.2.2 Objetivos específicos

- Ressaltar a importância dos valores que pode transformar a sociedade em que vivemos.
- Conhecer suas origens e sentir-se pertencente ao meio em que vive.
- Conhecer os fenômenos sociais, culturais e político de sua região.
- Valorizar os bens patrimoniais materiais e imateriais.
- Conscientizar os alunos a respeitar e proteger os idosos.

7.3. Problemática

De acordo com as lições da Metodologia, as diretrizes que norteiam a pesquisa são indispensáveis para a feitura de um estudo bem fundamentado e coerente.

Neste sentido, o trabalho é direcionado a partir de alguns métodos de abordagem (dedutivo, indutivo, dialético e hipotético-dedutivo) e procedimento (experimental histórico e comparativo).

É essencial conhecermos as causas dos problemas de aprendizagem que podem decorrer de fatores orgânicos tais como: visão, fala, audição neurológicas, abrigo e alimentação inadequada. Alguns problemas são gerados na própria escola: número excessivo de alunos, relação professor e aluno, método didático, dificuldade de adaptação, entre outras.

Já os fatores familiares embora ocorram fora da escola, interferem drasticamente no ensino aprendizagem: separação dos pais, morte na família, pais agressivos, ou super protetores, alcoolismo, discussão no lar, cobranças e falta de diálogo.

Pensamos que falta uma intencionalidade mais voltada para a valorização do ser e suas potencialidades ou uma direção humanista no processo ensino aprendizagem.

Todo esforço devera se concentrar numa relação transformadora entre educador e educando. Um sonho que poderá se tornar realidade. Quem é rico em sonhar não envelhece. Nunca morre. Pode. Ser que morra de repente. Mas morrerá em pleno voo o que é muito bonito (ALVES, 1996).

Este projeto é indutivo quando analisado a luz do método da abordagem. Tal se verifica a partir do momento em que traz uma análise crescente, ou seja, de uma premissa menor para maior (história da Escola Francisco Campos e história da Paraíba).

Por outro lado, esta pesquisa tem uma natureza comparativa uma vez que busca analisar os materiais disponíveis acerca do tema. Quanto às técnicas e materiais de pesquisa, o método utilizado será o teórico - bibliográfico, incluindo a consulta e manuseio de livros, depoimentos, revistas, jornais e outros meios hábeis a implementação da pesquisa.

“Para construção de um novo paradigma que valoriza a vida e as pessoas, a saber: aprender, a saber, aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprende a fazer e aprende a ser.” (FERNANDEZ, 2001)

7.4 Princípios pedagógicos

A prática pedagógica da escola segue as diretrizes estaduais, que abre seu ano letivo, com um encontro geral para definições e atribuições do plano global. Além disso, bimestralmente são realizados encontros com o objetivo de discutir diversos assuntos, como temas para execução de projetos, verificação dos diários de classe, entre outros.

Comprometida com a educação, a escola enfatiza uma formação que contribua de forma significativa para o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão, baseado nos princípios:

- I- ÉTICO – respeito mútuo, justiça, solidariedade e responsabilidade, valores referenciados no princípio da dignidade do ser humano;
- II- POLÍTICO – dos direitos e deveres do cidadão e respeito à ordem democrática;
- III- ESTÉTICO – manifestações artístico-culturais, diversidade, criatividade. Baseada nesses princípios, a escola busca integrar a vida cidadã com as áreas de conhecimentos propostos no

currículo. Compreendemos como aspecto de vida cidadã, a saúde, a vida familiar e social, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, cultura e lazer, relações humanas.

Em sua proposta pedagógica, a escola se preocupa com a formação integral dos alunos. O professor atua também como sujeito social do ato educativo, no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, constrói uma ação partilhada, incentivando e proporcionando ao aluno oportunidades de interações sociais no contexto escolar.

Devem ser estabelecidas as interações sociais pedagógicas entre professor e aluno, como: o diálogo, as discussões, a compreensão da realidade, a troca de informações e experiências, confrontos dos pontos de vista diferentes, divisão de tarefas com responsabilidades que são consideradas necessárias para o desenvolvimento da construção do conhecimento na relação social pedagógica.

7.5 Normas da Escola ao discente

1. Trazer sua garrafa de água e enchê-la nos horários de entrada e intervalo;
2. É proibido o uso de celular em sala de aula. Caso necessário, a escola disponibiliza em casos de urgência o uso do telefone da Diretoria;
3. Não é permitido ao aluno sair da escola sem a autorização dos pais e/ou responsável;
4. Trazer seu material escolar todos os dias (lápiz, borracha, lápis de colorir, tesoura, cadernos e livros didáticos);
5. Chegar na hora correta de início das aulas:
Manhã: 07h00min. Saída: 11h00min
Tarde: 13h00min. Saída: 17h30min
6. É proibido o uso de boné em sala de aula.

8 SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Este serviço é dirigido por um gestor geral, habilitado conforme a legislação de ensino, sendo os mesmos escolhidos pela comunidade escolar através do voto.

8.1 Administração da escola

A responsabilidade do pleno desenvolvimento dos objetivos educacionais, dinamizando e coordenando todos os esforços para um bom desempenho de suas funções.

8.2 Competências do Gestor Escolar

Administrar atividades de caráter pedagógico, disciplinar e de natureza financeira de acordo com a política oriunda do SEDEC, as decisões do Conselho deliberativo e as normas regimentais.

- Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento perante os órgãos e entidades públicas e privadas;
- Convocar e presidir as atividades e reuniões de todos os seguimentos da escola;
- Estabelecer normas disciplinares de funcionamento;
- Promover as comemorações de datas cívicas e comemorativas;
- Responder pelos recursos destinados à escola, deles prestando contas às entidades mantenedoras.

8.3 Serviço de Secretaria

A secretaria é composta por um secretário geral e com habilidade legal, assessorado por seus auxiliares.

8.3.1 Atribuições que competem ao secretário:

- Organizar, coordenar e controlar os trabalhos da secretaria, zelando pela escrituração escolar;
- Participar das matrículas, da organização de turmas e dos diários de classe, atendendo aos critérios da escola;
- Responsabilidade pela correspondência expedida e recebida;
- Orientar e fiscalizar a organização dos fichários, bem como a organização da secretaria como um todo;
- Evitar o manuseio por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada de pastas, livros, diários de classe, e registro de qualquer natureza do estabelecimento de ensino, salvo requerido por órgão autorizado;

- Lavrar atas e fazer anotações de resultados finais de recuperação, de exames especiais e de outros processos de avaliação;
- Manter atualizados e organizados os arquivos referentes ao aluno;
- Organizar e supervisionar o arquivo e arquivo-morto de modo a garantir as informações quando necessárias, garantindo a presença de toda documentação da escola;
- Manter-se informado da frequência dos funcionários, assim como a elaboração mensal da frequência enviada à Secretaria da Educação.

8.4 Serviço Psicopedagógico

8.4.1 Supervisor escolar

Compete a este especialista:

- Avaliar com o professor de forma contínua, o rendimento da aprendizagem do aluno;
- Promover junto ao Orientador, Assistente Social e Psicólogo escolar eventos socioculturais;
- Desenvolver atividades pedagógicas a partir da realidade dos escolares;
- Criar e executar atividades que envolvam o corpo docente;
- Supervisionar os registros de aula, de avaliação e de frequência dos diários de classe, assim como assegurar a retidão dos dados;
- Assistir individualmente ao professor, sempre que se fizer necessário;
- Transmitir uma metodologia de forma diversificada aos professores, visando à interdisciplinaridade e a objetividade;
- Proporcionar aos professores momentos de leitura e reflexão acerca da prática pedagógica e da problemática que norteia a educação.

8.4.2 Orientador Educacional

Cabe a este especialista:

- Atuar na parceria com a família em busca de possíveis soluções de problemas relacionados ao educando;
- Participar do planejamento;

- Assessorar sistematicamente o aluno quanto à evasão escolar e repetência, buscando melhoria de aprendizagem e relacionamento;
- Organizar e executar o Conselho de Classe;
- Atender individualmente e coletivamente aos escolares;
- Participar e elaborar as reuniões de pais e mestres;
- Realizar reuniões periódicas com os representantes de turma para tratar de assuntos inerentes;
- Realizar visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade familiar do aluno, de forma a também discutir o Estatuto do Aluno e do Professor;
- Possibilitar e assistir adequadamente a turma, como atender individualmente os pais quando necessário;
- Promover eventos sócio, cívicos e culturais;
- Elaborar junto à equipe escolar, Projetos Políticos-Pedagógicos, assegurando um clima favorável ao desenvolvimento dos alunos na escola;
- Realizar com os demais especialistas e gestores eventos cívicos e culturais, tais como gincanas, palestras, oficinas, debates, filmes, concursos, entre outros;
- Participar do desenvolvimento de projetos;
- Realizar a anamnese sobre a vida dos escolares.

8.4.3 Serviço Social

O Serviço Social contribui para identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como:

- Evasão escolar;
- Baixo rendimento;
- Atitudes e comportamentos agressivos e de risco.

Estas são constituídas em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, supervisor escolar, entre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva.

Cabe ao Serviço Social:

- Pesquisa a natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaborar e executar programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participar, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como prestando esclarecimentos e informações sobre questões de saúde pública;
- Realizar visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a viabilizar sua assistência e acompanhamento adequado.

8.4.4 Professor

- Promover a aprendizagem do aluno;
- Participar da Proposta Pedagógica da escola;
- Elaborar e cumprir o plano de curso ou de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola;
- Planejar bimestralmente as atividades didáticas, adequando-as às propostas pedagógicas e as necessidades de aprendizagem do alunado;
- Estabelecer estratégias de recuperação para o alunado que esteja apresentando baixo rendimento escolar;
- Registrar diariamente no diário de classe os conteúdos programáticos ministrados, as avaliações e a frequência do aluno;
- Respeitar o calendário de reposição de aula dentro do ano letivo para completar a carga horária;
- Trabalhar os temas transversais e estimular a interdisciplinaridade;
- Desenvolver projetos que envolvam a comunidade escolar;
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, ou seja, cinco horas semanais;
- Avaliar de forma contínua e cumulativa o desempenho do alunado com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (Resolução nº 023/98);
- Colaborar com as atividades de articulação da escola junto à família e à comunidade.

8.4.5 Serviço de Merenda Escolar

Este serviço é mantido com recursos oriundos do PNDE e fiscalizado pelo Conselho Administrativo Escolar.

Os recursos são destinados à compra de gêneros alimentícios, realizados pelo gestor e pelo Conselho Administrativo Escolar.

Compete a este serviço:

- Manter total higiene alimentar, ambiental e pessoal;
- Participar de cursos de capacitação (SESI), designando auxiliares de serviços para cuidar e viabilizar o preparo da merenda de boa qualidade;
- Cumprir com o cardápio diário organizado pelo gestor;
- A merenda deve ser servida no intervalo das aulas e em local apropriado;
- Não permitir a entrada de pessoas estranhas, exceto os destinados e treinados para a função de preparo e distribuição da merenda;
- Verificar todo material da cantina e merenda ao chegar e sair, comunicando de imediato à falta de qualquer material;
- Apresentar-se no local de trabalho na hora certa e permanecer até o final do expediente, exceto quando autorizado pela gestão escolar;
- Na ausência da merendeira, o gestor auxiliará na execução das atividades.

8.4.6 Serviço de Vigilância

Compete ao vigilante:

- Apresentar-se ao serviço na hora marcada;
- Proibir a entrada de pessoas estranhas no recinto sem a devida autorização;
- Identificar as pessoas que se dirigem à unidade escolar durante o expediente;
- Informar de imediato ao gestor escolar toda e qualquer anormalidade sugerida no seu horário de trabalho;
- Manter a vigilância na área interna e externa, e zelar pelo patrimônio público estadual que está sob sua responsabilidade.

8.4.7 Serviço de Limpeza e Conservação

Compete ao Auxiliar de Serviço:

- Executar o serviço de limpeza e arrumação das dependências que lhe foram confiadas;
- Verificar para efeito de segurança, o uso indevido de iluminação, água, bem como de todo equipamento escolar das dependências que estão sob a sua responsabilidade, comunicando de imediato à direção, qualquer irregularidade;
- Manter sigilo sobre acontecimentos da escola.

8.4.8 Serviço de Disciplina

Compete ao Inspetor de Alunos:

- Cumprir rigorosamente o horário de trabalho designado pelo gestor;
- Organizar a entrada e saída de alunos para as salas de atividades;
- Zelar pela ordem e disciplina no âmbito escolar;
- Fiscalizar a não permanência dos alunos em sala de aula e em caso de qualquer irregularidade, encaminhá-los à direção;
- Tratar com muita educação e polidez os escolares e demais funcionários, respeitando-os e fazendo ser respeitado;
- Exercer o que for determinado pela secretaria.

8.5 Planejamento

O planejamento docente ocorre de forma articulada e integrada, através de reuniões bimestrais e mensais, onde são estudados, discutidos e debatidos temas relacionados à vivência do professor e também o aproveitamento do processo ensino-aprendizagem, a disciplina, além dos conteúdos essenciais. Ele abrange os dois turnos, visando à unificação das ações pedagógicas numa mesma linha de ação, buscando sempre a melhor forma que venha facilitar o processo ensino-aprendizagem.

8.6 Proposta Pedagógica e Currículo

O Ensino Fundamental busca introduzir o aluno num processo sistemático da construção do conhecimento, envolvendo as diversas áreas do saber e buscando o desenvolvimento de capacidade e aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade.

Temos por objetivo maior a formação de cidadãos críticos, criativos, atuantes, responsáveis e participativos. Para efeito de compreensão, diz-se que a proposta pedagógica concebe de forma clara, orienta, planeja as linhas teóricas epistemológicas e filosóficas do trabalho pedagógico em termos de sistema e instituição, é tanto que o currículo envolve de forma completa todas as experiências a serem vivenciadas em nível de escola.

8.7 Conteúdos de ensino

Nesta proposta, os conteúdos de ensino devem estar articulados com o ambiente sociocultural do educando, será o eixo norteador do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Eles não são dogmáticos, porém, serão mediadores entre ambientes: o ambiente sociocultural e o aluno, fazendo com que o sujeito compreenda e aprenda sua realidade para poder nela intervir. Os conteúdos produzidos culturalmente deverão refletir as realidades sociais, permitindo estimular o senso crítico do aluno.

Os conteúdos de ensino também serão orientados pelo Ministério da Educação e desporto da Secretaria de Educação Fundamental, para o ensino fundamental no Brasil.

8.7.1 Língua Portuguesa

➔ LINGUAGEM, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

A área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias abrange os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. Os docentes desses componentes trabalham de forma transdisciplinar, regido por uma concepção pedagógica voltada para a cultura do diálogo em busca da emancipação do indivíduo em sociedade. Esta área ainda busca uma estreita relação entre as áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e suas Tecnologias, buscando uma abordagem ampla sobre temas transversais relacionados à educação étnico-racional, educação para o consumo, educação em direitos humanos, educação ambiental e artes.

A) LÍNGUA PORTUGUESA

Em atenção a documentos que regem a Educação Básica no Brasil (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, Parâmetros de Qualidade Nacional, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos), bem como a orientações gerais da Organização das Nações Unidas, da UNESCO, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, o ensino de Língua Portuguesa da Escola Francisco Campos é baseado em uma educação linguística regida pela corrente sócio interacionista da linguagem, com o uso de metodologias de ensino participativas. O perfil do discente que se pretende formar é o de um cidadão emancipado e apto a conviver em sociedade de forma democrática, justa e ética.

O ensino dos conteúdos curriculares se desenvolve com base na técnica de ensino da pesquisa, pois acreditamos ser esta indispensável para o aperfeiçoamento do aluno no sentido de desenvolver a sua autonomia e espírito crítico, e promover uma atualização permanente sobre questões relacionadas à realidade mundial, brasileira, regional e local, e outras áreas do conhecimento. O ensino com base na técnica da pesquisa também é relevante para atingirmos as competências e habilidades abaixo descritas:

COMPETÊNCIAS

O discente deverá valorizar os fenômenos sociais, culturais e políticos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício e desenvolvimento da cidadania. Pretendemos despertar o discente para uma formação ética, competente e comprometida com a sociedade em que vive. O educando ainda deverá propor soluções para situações-problema; construir perspectivas integradoras; elaborar sínteses; administrar conflitos; atuar segundo princípios éticos; leitura, compreensão e elaboração de textos com a devida utilização da variação linguística; utilização de raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; julgamento e tomada de decisões; compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros; capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.

HABILIDADES

O aluno deverá demonstrar habilidades de análise; domínio de conceitos; adequada argumentação e interpretação; elaboração de perspectivas críticas, integradoras e à construção de sínteses contextualizadas; ler e interpretar textos; analisar e criticar informações; extrair conclusões por indução e/ou dedução; estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; detectar contradições; fazer escolhas valorativas avaliando consequências; questionar a realidade; argumentar coerentemente; analisar, sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações, fazer comparações, detectar contradições, decidir, organizar, trabalhar em equipe e administrar conflitos.

Os critérios avaliativos que permeiam todo esse processo envolvem aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, utilização de vocabulário adequado e correção gramatical do texto. Além disso, são consideradas, entre outras, a visão do educando sobre o seu aprendizado, com a realização de auto avaliações.

8.7.2 Matemática

Objetivos

- Desenvolver a capacidade de descobrir, a partir de condições dadas, fatos novos, aplicando o método dedutivo;
- Desenvolver a capacidade de analisar, relacionar, comparar, classificar, ordenar, sintetizar, abstrair, generalizar;
- Desenvolver o espírito de investigação, criação e iniciativa;
- Desenvolver hábitos de rigor e precisão, ordem e clareza, de uso correto da linguagem matemática, de crítica e de discussão dos resultados obtidos;
- Estabelecer a integração vertical e horizontal entre objetivos, relacionando as teorias e exercícios matemáticos com os problemas da vida real e das outras ciências.

8.7.3 Ciências

A proposta de ensino de Ciências proporciona ao aluno situações nas quais, no primeiro momento, pode explorar a natureza que o cerca, reelaborando os conhecimentos de que já dispõem, no sentido de completar, aperfeiçoar, generalizar, superar e extrapolar um processo progressivo de aproximação ao conhecimento científico e universalmente aceito. E,

num segundo momento, retornar ao seu próprio mundo para analisar e reexplicá-lo, segundo as novas óticas adquiridas, completando, assim, o processo permanente da ação-reflexão-ação sobre a realidade.

8.7.4 História e Geografia

Objetivo Geral

Levar o aluno ao autoconhecimento, percebendo-se enquanto cidadão, sujeito atuante, transformador da sociedade mediante o pensamento crítico e reflexivo.

Objetivos Específicos

- Conhecer e compreender as diversas formas de organização econômica, social e política dos diferentes grupos, com suas características, transformações, legados e valores da pré-história aos dias atuais;
- Conhecer os diversos elementos do espaço geográfico, entendendo, na leitura da paisagem, a relação do homem com a natureza.
- Perceber o conhecimento não como um conjunto de informações prontas e acabadas, mas proveniente da interação constante entre aluno e professor, num determinado contexto.

8.7.5 Formação Religiosa

Objetivos

Formar o indivíduo na sua totalidade, visando o aspecto ético, o crescimento pessoal e as interações sociais, respeitando a diversidade cultural e religiosa de cada um, vedando qualquer forma de proselitismo.

Seus contextos são baseados em cinco eixos temáticos: cultura e tradições religiosas, textos sagrados, teologias, ritos e *ethos* (valores éticos).

8.7.6 Língua Estrangeira

Objetivos

Proporcionar ao aluno condições necessárias para que o mesmo possa se comunicar em pelo menos uma língua estrangeira, partindo do princípio de que o país se encontra em um estágio de desenvolvimento das novas tecnologias e integração com os mais diversos países e culturas.

8.7.7 Educação Física

A Educação Física visa estimular os desenvolvimentos cognitivos, afetivos, sociais e motores dos alunos. A disciplina deverá ser ministrada priorizando a interdisciplinaridade e contribuindo para a formação do indivíduo crítico participativo, capaz de intervir na sua realidade social.

São conteúdos disciplinares para o ensino fundamental: esquema corporal, coordenação motora, atividades rítmicas, habilidades físicas básicas e atividades lúdicas. Com isso, a disciplina busca oferecer, através das práticas de atividades físico-recreativas, o incentivo para a formação holística do educando, bem como ajudando a integrá-lo no seu convívio sociocultural.

8.7.8 Artes

O conteúdo desta área propicia o sujeito despertar seus dotes artísticos e sua sensibilidade para o campo artístico. Os conteúdos abordados são: arte cênica, arte plástica e educação musical.

Esta área de conhecimento oportuniza a criança a desenvolver sua personalidade, seu domínio intelectual, seu equilíbrio emocional, estimula a capacidade de expressão e comunicação, regendo a formação do indivíduo de forma geral.

8.8 Política de avaliação da aprendizagem

Partindo do princípio que a avaliação faz parte do processo de ensino-aprendizagem, é necessário que se haja um paralelo entre o ensinar, o acompanhar e o aprender.

A avaliação se realiza de forma contínua e graduada, procurando acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, ou seja, na sua formação, obedecendo às etapas da aprendizagem baseada no ritmo de cada aluno.

De acordo com o Conselho Estadual de Educação, o processo de avaliação do rendimento escolar, é um fato pedagógico que serve de instrumento para que o educador reveja sua prática pedagógica, e mediante os resultados obtidos, identificar os processos de aprendizagem e sua eficácia na formação do alunado e sua capacidade cognitiva.

No ano letivo de 2015, foram estabelecidas metas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem na Supervisão Escolar em todo decorrer do ano letivo.

- Colaborar na reelaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Organizar atividades de modo a garantir à coordenação, assistência e controle do corpo docente no desempenho de suas funções;
- Coordenar o planejamento didático pedagógico, assessorando os professores na elaboração das atividades, compartilhando-as com os projetos;
- Promover a integração do Serviço de Supervisão Escolar com os demais serviços da escola;
- Analisar os resultados do rendimento escolar bimestralmente, detectando falhas e orientando os professores (as) para a superação das deficiências do aluno;
- Participar na organização de cursos, palestras, seminários, simulados, gincanas culturais e outros eventos, juntamente com a equipe docente, gestão e técnicos.
- Colaborar com o corpo docente na seleção do material didático e audiovisual a ser utilizado;
- Avaliar o trabalho docente com ficha de acompanhamento do diário de classe;
- Promover reuniões do Conselho de Classe juntamente com o serviço de Orientação, se necessário;
- Fazer-se presente nas reuniões pedagógicas, administrativas, de pais e mestres quando for convocada.

8.8.1 Objetivos da avaliação escolar

- Identificar e registrar os processos dos educandos e suas dificuldades;
- Orientar o aluno quanto ao espaço necessário à superação das dificuldades;

- Orientar a ação pedagógica dos educadores quanto à necessidade de rever processos e atividades de ensino;
- Fundamentar as decisões da escola quanto à necessidade e à escolha de procedimentos didático-pedagógico de reforço e recuperação;
- Orientar o planejamento e replanejamento das atividades curriculares.

8.9 Gestão democrática

O processo de eleição direta para o gestor escolar teve início no ano de 1989, onde foi dado, a partir de então, o pontapé inicial para a realização de uma gestão democrática.

Iniciou-se, portanto, uma expectativa em torno de uma escola que melhor atendesse as necessidades da comunidade, tentando ampliar o número de pessoas que participam da vida escolar.

Apesar da consciência do processo de gestão democrática se expressar de forma lenta, a escola procura partilhar decisões com o maior número de pessoas possíveis, através de reuniões com pais, alunos, educadores, funcionários e especialistas, por entender que só se aprende a participar, participando, pois é na busca de soluções que a comunidade avança na conquista de sua cidadania.

A gestão democrática conta com o apoio de órgãos colegiados com foras de democratizar as decisões.

8.9.1 Conselho Deliberativo

É formado por representantes da comunidade escolar, como pais, educandos, funcionários, educadores, especialistas e gestores, tendo como atribuições:

- Exercer a suspensão geral no âmbito escolar;
- Propor medidas visando o eficiente funcionamento da escola;
- Homologar decisões do gestor referente à aplicação de penalidades aos servidores e escolares em exercício na escola;
- Deliberar sobre proposta de instituição do gestor e adjuntos nos termos da legislação em vigor.

8.9.2 Apoio ao estudante

Os alunos desta escola são beneficiados com livros didáticos fornecidos pelo Governo Federal (MEC). A compra de materiais didáticos como papel madeira, papel ofício, tesoura sem ponta, cola, tinta guache, apontador, lápis, caneta esferográfica, etc., são realizados pelo gestor através de verba recebida do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O programa de merenda escolar é bastante diversificado, atendendo os nutrientes necessários ao alunado, composta por uma variedade no cardápio.

Também são oferecidos aos escolares palestras educativas e atividades extraclasse.

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Maria José Figueirêdo	Diretora
02	Rita de Cássia Melquíades Moraes	Vice-Diretora
03	Patrícia Silva Rocha	Secretária Geral

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Carine Vital Ribeiro	Aux. Informática
02	Drayson Gomes Magalhães	Secretaria
03	Eva Modesto da S. Barbosa	Merenda
04	Everaldo Soares da Silva	Inspetor
05	Fábio Lins de Melo	Vigia
06	George Monteiro Mendes	Limpeza
07	José Alves Pereira	Vigia
08	Júlia Vieira de Lima	Orientadora
09	Juscelita do Nascimento Ribeiro	Supervisora
10	Lucas Ferreira da Cruz Batista	Secretaria
11	Luciano Monteiro Quelé	Limpeza
12	Maria do Carmo Gomes de Moura	Limpeza
13	Maria Lúcia Pereira	Secretaria
14	Maria Valdeni Tolentino Muniz	Biblioteca
15	Mônica Valéria de Paiva Madruga	Merenda
16	Patrícia Silva Rocha	Secretária
17	Rhayra Priscilla Moraes Nóbrega	Aux. Informática
18	Roberto Cândido da Silva	Portaria

19	Robson Ribeiro Chaves	Secretaria
20	Rodrigo Cavalcanti Borges	Biblioteca
21	Maria das Neves Gomes Toné	Inspetora
22	Rita Lopes de Souza	Supervisora

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Anaína Clara de Melo	Professora (Português)
02	Antonieta de Sousa Pessoa	Professora (4º ano)
03	Antônio Félix da Silva Neto	Professor (História e Formação Religiosa)
04	Antônio José de Almeida Neto	Readaptado
05	Domingas Fernandes F. Dantas	Professora (Alumbrar)
06	Elba Dantas da Costa Jacinto	Coordenadora
07	Fabricia Silva de Oliveira	Professora (Português)
08	Gilma Jeanne Farias de Oliveira	Professora (Artes)
09	José Claudio Ferreira de Lima	Professor (Matemática)
10	Josean Carlos Freire dos Santos	Professor (Matemática)
11	Karoline Costa Nascimento	Professora (Inglês)
12	Lígia Amorim de Lima	Readaptada
13	Loraneide Nunes Dias N. Lopes	Professora (4º ano)
14	Marcedonia Oliveira Alves	Professora (5º Ano)
15	Marcos André Praxedes Nunes	Professor (Geografia)
16	Maria Cleide Cassiano Souza	Readaptada
17	Maria Cristina Dantas Seixas Maia	Professora (3º Ano)
18	Maria do Carmo Rocha Oliveira	Prof. Correção de Fluxo
19	Maria do Socorro Gonçalo	Prof. Correção de Fluxo
20	Mário Jubert	Professor (Ciências e Matemática)
21	Petronila Ilma Araújo Falcão	Readaptada
22	Samara Ricardo Manguiera	Professora (Ed. Física)

8.2 Conselhos da Escola

É uma sociedade sem fins lucrativos de duração indeterminada, com atuação junto à referida Unidade Escolar, Sede e Fórum no município de João Pessoa, no estado da Paraíba.

Tem por finalidade colaborar na assistência e formação escolar. Seu objetivo é estabelecer obrigações mútuas, Secretaria de Educação e Unidade Executora, sendo os recursos oriundos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com valor correspondente ao número de alunos matriculados na escola; PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

A organização administrativa do Conselho Escolar é composta de:

I- Assembleia Geral;

II- Conselho Deliberativo.

Quanto ao uso de recursos é de competência do Presidente e do Tesoureiro Financeiro da Unidade Executora.

10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTOS CURRICULARES

Desenvolver a execução das atividades pedagógicas que levarão os alunos à socialização e realização de tarefas, incentivando e proporcionando aos escolares oportunidades de interações que promovam a paz dentro do contexto escolar. Norteados neste princípio, desenvolvemos as seguintes atividades extracurriculares:

- Exibição de filmes educativos;
- Comemoração das datas cívicas e culturais;
- Palestras educativas;
- Excursões pedagógicas;
- Gincanas recreativas e culturais;
- Jogos educativos e esportivos;
- Grupos de danças folclóricas e modernas;
- Pesquisas;
- Oficinas de sensibilização;
- Atendimento individual e grupal aos escolares e professores sobre o comportamento, rendimento escolar e metodologia aplicada.

10. ESTRATÉGIAS DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

A construção deste projeto iniciou-se com uma reunião de toda a comunidade escolar, a fim de discutir e analisar propostas para subsidiar a composição do mesmo, traçando o perfil da escola.

Algumas dificuldades foram encontradas durante a elaboração do mesmo, tais como:

- Falta de esclarecimentos por parte dos técnicos da Secretaria da Educação e Cultura do estado de como construí-lo;
- Dificuldade para reunir a comunidade escolar;

- Falta de livros literários e acesso a conteúdo que servisse de embasamento para construção do projeto;

A execução e avaliação do mesmo serão de forma gradativa, com a participação dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem durante quatro anos letivos. Poderá ser passível de mudanças de acordo com as necessidades surgidas no período vigente.

11. O PLANO DE AÇÃO

A escola formulou seu plano de ação, tendo como referência as suas necessidades, expressas e articuladas no seu PPP – Projeto Político Pedagógico, que conforme a Lei de Diretrizes Básicas prevê: [...] é de incumbência das escolas, elaborar e executar a sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meio de recuperação de alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.” (Art.12, Inciso I a VII).

Segundo a Pedagoga Maria Márcia Sigrist Malavasi (2012), "Por meio do Projeto Político Pedagógico, o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações. Além disso, a equipe assume a responsabilidade de cumprir os combinados e estar aberta a cobranças". Para efeito de compreensão, a iniciativa permite o avanço e a conquista de melhorias para a educação, de forma geral.

No caso da Escola Francisco Campos, o PPP foi construído de forma coletiva, a partir de encontros realizados com a Direção, o corpo docente, a equipe de técnicos e o pessoal do apoio, na busca de construir metas a serem traçadas e objetivos que possam ser alcançados na busca do bem coletivo e no desenvolvimento da instituição, dentro de uma perspectiva crítica, participativa e atuante.

O trabalho pedagógico com o Ensino Fundamental e EJA é um processo sistemático de construção do conhecimento, envolvendo as diversas áreas do saber e buscando o desenvolvimento cognitivo dos conteúdos necessários à vida em sociedade.

Outro ponto importante a ser levado em conta pela instituição, é a busca por uma gestão democrática e integrada com a comunidade, visando a melhoria do processo de ensino-

aprendizagem através de ações inovadoras e significativas, objetivando o desenvolvimento do educando.

11.1 AÇÕES PEDAGÓGICAS

1. Colocar em prática os objetivos da leitura e da escrita;
2. Cumprimento das reuniões de pais e mestres, promovidas pela instituição, contribuindo para reflexão conjunta do processo educativo, visando o aprimoramento pedagógico;
3. Desenvolver uma metodologia interdisciplinar durante o ano, viabilizando a compreensão do aluno;
4. Cumprimento de uma gestão escolar democrática, capaz de associar a escola à comunidade e refletir para além dos muros da escola;
5. Fazer com que o aluno possa entender o seu espaço (casa, bairro, cidade, região, país, mundo) como lugares de pesquisa e construção do saber, utilizando-se também da observação empírica;
6. Implantação da aula de Formação Religiosa em todos os níveis de escolaridade do ensino regular;
7. Acompanhamento e avaliação com o corpo docente das atividades pedagógicas numa ação de reflexão/teorização da prática redefinidas ações para realimentar o processo educativo, consolidando o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento;
8. Desenvolver no âmbito escolar oficinas educativas, capacitando os estudantes acerca de temáticas como Meio Ambiente, teatro, música, jogos e palestras.
9. Capacitar o educando na convivência social, e criar cidadãos de capacidade cognitiva, críticos, proativos e atuantes.

11.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada pela instituição e suas atividades pedagógicas assentam-se em dois pilares:

- I. O processo ensino-aprendizagem, que deve sempre favorecer a qualidade de ensino, a fim de que o educando, na construção de sua integralidade como pessoa e cidadão, possa contribuir com o meio social em que vive;

II. As relações pessoais e afetivas, uma vez que a aprendizagem está intimamente relacionada com a construção sadia no campo familiar e escolar, sendo a união destes de suma importância para o desenvolvimento cognitivo do aluno. Assim, o fazer pedagógico vivenciado desde o desenvolvimento dos conteúdos programáticos, até as realizações de natureza extracurricular busca:

I. Propiciar ao aluno artifícios para que responda de forma competente e eficaz aos desafios do mundo em que vive;

II. Oportunizar recursos cognitivos, os mais variados, em busca do desenvolvimento integral do aluno;

III. Valorizar a participação, a solidariedade, o respeito, a polidez e o senso de responsabilidade dentro e fora da sala de aula;

O educador é um estimulador da criatividade e do senso crítico, utilizando para tal, atividades apropriadas ao nível mental, viabilizando a evolução dos educandos. E, juntamente com o espaço fornecido pela escola para a construção desse conhecimento, se é capaz de expandir-se de forma participativa, alegre, competente, contextualizada e atual, ao mesmo tempo em que vivencia os valores éticos, morais e religiosos.

Nesta concepção metodológica, o aluno é percebido como sujeito de sua própria educação, um ser receptivo a mudanças, com espaço para experimentar e realizar as etapas necessárias à sua formação acadêmica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONTEIRO, M. M. **Leitura e escrita** – uma análise dos problemas de aprendizagem. 2ª ed.

Editora Vozes, 2004.

SAMPAIO, D.M. **A pedagogia do ser – Educação dos sentimentos e dos valores humanos**. Editoras Vozes, 2004.

ANTUNES, C. **Um método para o ensino fundamental**: o projeto. 5ª ed. Editora Vozes

TELES, M. L. S. **Educação sem fronteiras** – Cuidando do ser. Editora Vozes, Petrópolis: 2003.

**ANEXO B – Regimento Interno da Escola Estadual de Ensino Fundamental
Francisco Campos**



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS**

REGIMENTO INTERNO

JOÃO PESSOA
2017

Sumário

TÍTULO I.....	5
DA CARACTERIZAÇÃO.....	5
CAPÍTULO I	5
DA DENOMINAÇÃO E SEDE.....	5
CAPÍTULO II.....	5
DOS FINS E OBJETIVOS	5
TÍTULO II	6
DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.....	6
CAPÍTULO I	6
DA DIRETORIA.....	6
CAPÍTULO II.....	7
DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	7
SEÇÃO I.....	8
DA SECRETARIA	8
CAPÍTULO III.....	9
DO APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO.....	9
SEÇÃO I.....	9
DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	9
SEÇÃO II.....	10
DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	10
SEÇÃO II.....	11
DO SERVIÇO DE ASSISTENTE SOCIAL	11
TÍTULO III.....	11
DOS SERVIÇOS AUXILIARES	11
CAPÍTULO I	12
DO CÍRCULO DE PAIS E MESTRES	12
CAPÍTULO II.....	13
DA BIBLIOTECA	13
CAPÍTULO III.....	13
DO CONSELHO DELIBERATIVO	13

CAPÍTULO IV	15
Do SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	15
CAPÍTULO V	16
Do SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	16
CAPÍTULO VI	16
Do SERVIÇO DE MERENDA	16
TÍTULO IV	17
DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	17
CAPÍTULO I	17
Do CORPO DOCENTE	17
CAPÍTULO II	18
Do CORPO DISCENTE	18
CAPÍTULO III.....	20
DAS PENALIDADES DISCENTES.....	20
CAPÍTULO IV	20
Do CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	20
CAPÍTULO V	20
DAS PENALIDADES DOS FUNCIONÁRIOS EM GERAL	20
TÍTULO V.....	21
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	21
CAPÍTULO I	21
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.....	21
SEÇÃO I.....	21
Do ENSINO FUNDAMENTAL.....	21
CAPÍTULO II	22
DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS	22
SEÇÃO I.....	22
Do ENSINO FUNDAMENTAL.....	22
TÍTULO VI.....	22
DO REGIME ESCOLAR	22
CAPÍTULO I	22

DO CALENDÁRIO ESCOLAR	22
CAPÍTULO II.....	22
DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.....	22
SEÇÃO I.....	22
DA AVALIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	22
CAPÍTULO III.....	23
DA FREQUÊNCIA.....	23
CAPÍTULO IV	23
DA PROMOÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	23
CAPÍTULO V	24
DA RECUPERAÇÃO	24
TÍTULO VII.....	24
DO REGIME DISCIPLINAR.....	24
TÍTULO VIII.....	25
DA ANÁLISE, ALTERAÇÃO E VIGÊNCIA.....	25



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Denominação e Sede

CAPÍTULO II

Dos Fins e Objetivos

Art. 4º - A Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos tem por finalidade:

- I – A formação necessária ao desenvolvimento do indivíduo na sociedade;
- II – A promoção do respeito à dignidade do ser humano;
- III – A conscientização do homem como um ser livre, criativo e transformador;
- IV – A formação política e o desenvolvimento do senso crítico do educando.

Art. 5º - A Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos tem como objetivos:

I – O desenvolvimento da consciência ecológica do educando para a preservação do meio ambiente, através da interdisciplinaridade;

II – A preparação do aluno para o exercício consciente da cidadania;

III – A promoção em todos os aspectos educativos e através de projetos, da leitura e da escrita em caráter prioritário;

Art. 6º - O Ensino Fundamental – Anos Iniciais com duração de 9 anos tem por objetivos:

I – Promover práticas educativas de forma lúdica voltada para a educação e o cuidado com a aprendizagem do aluno, integrando aspectos físicos, emocionais, cognitivos, linguísticos e sociais;

II – Contribuir para a aprendizagem das crianças na atenção básica, prioritariamente na apropriação da linguagem oral e escrita e da matemática.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Art. 7º - A administração da escola é formada por:

I – Diretoria e Diretoria Adjunta;

II – Serviço de Apoio Administrativo;

III – Serviço de Apoio Técnico Pedagógico.

CAPÍTULO I

Da Diretoria

Art. 8º - À direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos compete administrar as atividades de caráter pedagógico, disciplinar e de natureza financeira, de acordo com a política emanada da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, das decisões do Conselho e das normas deste regimento.

Art. 9º - O Diretor é o representante jurídico do estabelecimento para todos os efeitos, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento, as Leis e os Regulamentos do Ensino;

II – Representar o estabelecimento perante as autoridades em todos os assuntos;

III – Assinar correspondências e demais documentos da escola;

IV – Estabelecer os horários de aula e expedientes da secretaria, funcionários técnico-administrativos e apoio;

V – Aprovar a Escala de Férias dos funcionários da escola em comum acordo com os mesmos, evitando que se ausentem no mesmo período;

VI – Convocar e presidir reuniões e encontros com o corpo docente e discente, pessoal administrativo e apoio, pais de alunos e Conselho Deliberativo;

VII – Solicitar ao Conselho Deliberativo a apuração de irregularidades das quais venha tomar conhecimento;

VIII – Manter os vários membros da escola informados sobre as Normas e Diretrizes deste Regimento;

IX – Presidir solenidades e cerimônias da escola;

X – Decidir, atendendo às limitações legais, sobre os pedidos de abono ou justificativa de faltas ao serviço na forma deste Regimento.

Art. 10 - Ao Diretor adjunto compete:

I – Conhecer todas as leis e normas que regem o trabalho da escola;

II – Participar de forma ativa e cooperativa de todos os trabalhos realizados pela escola;

III – Representar o Diretor, quando necessário;

IV – Supervisionar, no estabelecimento, o patrimônio do corpo administrativo, docente e discente pelo bom funcionamento, informando ao Diretor as ocorrências.

CAPÍTULO II

Do Serviço de Apoio Administrativo

Art. 11 - O serviço de Apoio Administrativo que assegura o bom funcionamento da escola deve ser coordenado pelo Secretário Escolar.

SEÇÃO I

Da Secretaria

Art. 12 - Os serviços da Secretaria devem ser executados por um secretário devidamente habilitado, tendo tantos auxiliares quantos forem necessários.

Art. 13 - Compete ao Secretário Escolar:

I – Fornecer assistência aos três turnos, estabelecendo e cumprindo os horários determinados;

II – Organizar, coordenar e controlar os trabalhos da secretaria; III – Participar da realização de matrículas e de organização das turmas, atendendo aos critérios estabelecidos;

IV – Receber, verificar e expedir toda a documentação referente ao aluno;

V – Atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos à escola e aos alunos;

VI – Manter atualizada a documentação da escola, assegurando a preservação do aluno;

VII – Organizar o cadastro e controle de frequência de toda a equipe docente, técnico e de apoio da escola;

VIII – Responder pela regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar do aluno;

IX – Distribuir as tarefas entre os auxiliares da secretaria, com prazo fixado por conclusão dos trabalhos;

X – Colecionar dispositivos legais referentes a assuntos educacionais de interesse da escola.

§ único – Os serviços executados pelo pessoal da secretaria são supervisionados pelo Secretário sob a responsabilidade do Diretor e do Diretor Adjunto.

Art. 14 - Compete aos demais funcionários da secretaria:

I – Entregar e recolher os diários de classe dos professores das turmas sob sua responsabilidade;

II – Atualizar os diários no que diz respeito às seguintes anotações: cancelamento, transferência, licença médica, apoio e inapto para as atividades de Educação Física;

III – Manter as fichas e a documentação dos alunos e funcionários atualizadas;

IV – Participar das atividades promovidas pela escola;

V – Anotar no livro de Requerimento de Transferência o pedido feito pelo aluno ou responsável;

VI – Entregar à equipe técnica os boletins dos alunos atualizados no final de cada bimestre;

VII – Digitar as avaliações, provas e declarações e expedir outros documentos de alunos das turmas sob sua responsabilidade;

VIII – Apresentar-se ao local de trabalho na hora determinada, ausentando-se apenas no final do expediente e, caso haja necessidade de se ausentar do local de trabalho, solicitar à direção uma ordem de saída;

IX – Tratar bem qualquer pessoa que precisar do seu trabalho.

CAPÍTULO III

Do Apoio Técnico-Pedagógico

SEÇÃO I

Da Coordenação Pedagógica

Art. 15 - A coordenação pedagógica é constituída de 01 Supervisor, 01 Orientador e 01 Assistente Social, responsável pela implantação das atividades pedagógicas no âmbito escolar.

Art. 16 - Compete ao Supervisor Escolar:

I – Participar da elaboração do Plano Curricular da escola, elaborando o planejamento de suas atividades de acordo com o mesmo;

II – Conhecer a estrutura administrativa da escola;

III – Promover reuniões pedagógicas, administrativas e de pais e mestres;

IV – Rever o Plano Curricular e o Calendário Escolar, propondo modificações, quando necessário;

V – Acompanhar e avaliar o trabalho docente, apresentando relatório bimestral à Direção da escola;

- VI – Conhecer a comunidade onde está inserida na escola, relacionando os recursos que dispõe, estabelecendo mecanismo de apoio e utilização mútuos;
- VII – Orientar o planejamento do Plano Didático elaborado de atividades compatibilizando-as com o Plano Global da escola;
- VIII – Organizar o serviço, de modo a garantir a coordenação, assistência e controle do corpo docente, no desempenho de suas funções;
- IX – Participar da definição de critério para organização de turmas e das atividades do corpo docente;
- X – Analisar os resultados do rendimento escolar bimestralmente, detectando as falhas e orientando o corpo docente para superação do corpo discente.

SEÇÃO II

Do Serviço de Orientação Educacional

Art. 17 – O Serviço de Orientação Educacional destina-se a assistir o educando, individualmente ou em grupo, de modo a garantir seu processo de ajustamento à escola, à família e à comunidade.

Art. 18 – Compete ao Serviço de Orientação Educacional:

- I – Participar de elaboração e execução do Plano Curricular da escola, elaborando o planejamento de suas atividades de acordo com o mesmo;
- II – Conhecer a estrutura administrativa da escola;
- III – Promover a atuação da equipe, em harmonia com a Direção, Supervisão Escolar, corpo docente, família e comunidade;
- IV – Coordenar e realizar estudos à Orientação Educacional;
- V – Participar e acompanhar o processo de avaliação do aluno junto ao corpo docente;
- VI – Participar de reuniões pedagógicas, administrativas e de pais e mestres;
- VII – Subsidiar os professores na compreensão de problemas dos alunos;
- VIII – Apresentar à direção da escola um relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo serviço.

SEÇÃO II

Do Serviço de Assistente Social

Art. 19 – O serviço de Assistência Social destina-se a atuar em conjunto com a equipe de apoio educacional, visando a interligação entre família, comunidade e escola.

Art. 20 – O serviço de Assistência Social será exercido por um profissional legalmente habilitado.

Art. 21 – Compete ao Assistente Social:

I – Atuar junto à Associações de Pais e Mestres, Conselho Deliberativo e outros serviços existentes na escola, incentivando a participação nas decisões da escola;

II – Promover a articulação da escola com outros grupos sociais existentes no bairro em prol dos alunos, tais como: postos de saúde, Associação de Moradores, Centro Social, etc.

III – Atuar em conjunto com a equipe de Apoio Educacional, visando a interligação família, comunidade e escola.

IV – Fazer o encaminhamento de alunos e/ou família para atendimento em outras instituições sociais;

V – Manter contato direto com a família do aluno através de entrevistas, reuniões, encontros e visitas;

VI – Promover junto à Equipe Técnica trabalhos e discussões com grupos de alunos, para tratar de temas como: drogas, sexualidade, *bullying*, direitos sociais, educação ambiental e outros temas relevantes;

VII – Organizar e manter atualizada a documentação referente ao Serviço Social.

TÍTULO III

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Art. 22 – Os Serviços Auxiliares da escola são constituídos de:

I – Círculo de Pais e Mestres;

II – Biblioteca;

III – Conselho Deliberativo;

- IV – Vigilância;
- V – Serviços Gerais;
- VI – Merenda.

CAPÍTULO I

Do Círculo de Pais e Mestres

Art. 23 – O Círculo de Pais e Mestres é constituído do Diretor, professores, Supervisor e pais de alunos, com o objetivo de promover a integração da escola com a comunidade;

Art. 24 – O Círculo de Pais e Mestres tem as seguintes finalidades:

- I – Despertar nos pais a consciência de sua responsabilidade na educação dos seus filhos;
- II – Sempre que for convocado, comparecer à escola;
- III – Participar de todas as reuniões convocadas pela Direção, Equipe Técnica e professores;

Art. 25 – Aos pais ou responsáveis pelo aluno, compete:

- I – Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo causado pelos menores sob sua responsabilidade, repondo os danos causados pelos mesmos, tais como: pichamento das paredes; destruição de carteiras, portas, janelas fechaduras e qualquer patrimônio da escola; reposição de qualquer material didático, tais como livros, revistas, etc.
- II – Justificar por escrito ou através de Atestado Médico as faltas de seus filhos;
- III – Não permitir que seu filho traga para a escola objetos que não sejam de estudo, tais como: facas, estiletes ou quaisquer tipos de objetos cortantes, equipamentos eletrônicos, bonés, etc.
- IV – Realizar o acompanhamento diário das atividades do aluno na agenda escolar, bem como comunicados e informes enviados pela escola;
- V – Acompanhar regularmente o desempenho e o aproveitamento dos seus filhos.

CAPÍTULO II

Da Biblioteca

Art. 26 – A Biblioteca constitui o centro de consultas e estudos dos docentes, discentes e demais membros da escola.

Art. 27 – A pessoa responsável pela Biblioteca terá as seguintes atribuições:

- I – Organizar o acervo, zelando pela sua conservação;
- II – Manter adequadas as condições do ambiente de leitura;
- III – Disponibilizar e acompanhar o empréstimo de livros didáticos e paradidáticos;
- IV – Ser parceiro, incentivando a leitura no ambiente escolar;

CAPÍTULO III

Do Conselho Deliberativo

Art. 28 – O Conselho Deliberativo Escolar, com mandato de dois anos, será constituído de:

- I – Diretor Escolar;
- II – Vice-Diretor;
- III – 01 especialista em educação;
- IV – 01 professor por turno;
- V – 01 funcionário;
- VI – 01 aluno maior de 16 anos por turno de funcionamento;
- VII – um pai de aluno, eleito pelos demais pais de alunos matriculados no estabelecimento;
- VIII – Um representante da comunidade onde está inserida a Unidade Escolar, eleito, de preferência, pela Associação de Moradores respectiva.

Art. 29 – São competências do Conselho Escolar:

- I – Exercer a supervisão geral no âmbito do estabelecimento;
- II – Propor medidas visando a eficiência, melhoria e otimização do ensino;

- III – Sugerir ações, tendo em vista a integração escola e comunidade;
- IV – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Magistério Público do Estado da Paraíba e outras normas referentes à educação;
- V – Oferecer sugestões a serem incorporadas ao plano anual de atividades da escola;
- VI – Receber e autorizar a aplicação de todo e qualquer recurso financeiro destinado à escola, tanto oriundos das esferas estadual como federal ou outras possíveis fontes;
- VII – Examinar semestralmente e aprovar a Prestação de Contas apresentada pelos gestores dos recursos de que trata o inciso anterior;
- VIII – Encaminhar aquém de direito, as prestações de conta, com o respectivo parecer;
- IX – Proibir terminantemente a solicitação de contribuição obrigatória em nome da escola aos membros da Comunidade Escolar;
- X – Sugerir e apoiar medidas de conservação do imóvel, suas instalações, mobiliário e equipamentos;
- XI – Elaborar, reformar e aprovar o seu próprio estatuto;
- XII – Promover e exercer atividades de caráter assistencial relacionadas com seus fins específicos.

Art. 30 – O Conselho Deliberativo Escolar reúne-se ordinariamente no início do ano letivo, no final de cada bimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou pela maioria simples de seus membros.

Art. 31 – O presidente do Conselho deverá ser escolhido pela comunidade escolar;

Art. 32 – Ao presidente do Conselho Deliberativo compete:

- I – Representar o Conselho Deliberativo;
- II - Presidir as reuniões do Conselho;
- III – Convocar os membros do Conselho para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV – Conceder a licença para afastamento temporário de qualquer membro do Conselho por um período nunca superior a 90 dias;
- V – Movimentar juntamente com o secretário as contas dos recursos destinados à escola;

VI – Elaborar anualmente Relatório de Atividades do Conselho, com demonstrativos financeiros de receita e despesa, previsão orçamentária, para apreciação e aprovação do colegiado.

Art. 33 – Ao vice-presidente compete substituir o presidente em suas faltas e impedimentos;

Art. 34 – A totalidade dos membros do Conselho compete:

I – Colaborar nas iniciativas e atividades do colegiado;

II – Apresentar sugestões, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem na escola;

III – Participar das reuniões do Conselho;

IV – Votar e ser votado;

Art. 35 – Ao Secretário Executivo compete:

I – Secretariar as reuniões do Colegiado;

II – Lavrar as atas das reuniões;

III – Preparar e despachar o expediente do Conselho;

IV – Movimentar as contas, em conjunto com o presidente do Conselho;

V – Desempenhar outras atividades compatíveis com seu cargo.

CAPÍTULO IV

Do Serviço de Vigilância

Art. 36 – Compete ao Serviço de Vigilância:

I – Apresentar-se para o serviço na hora marcada;

II – Ter uma boa apresentação pessoal;

III – Fiscalizar o patrimônio público que está sob sua responsabilidade;

IV – Ter responsabilidade de abrir e fechar a escola no início e término do expediente;

V – Manter absoluto controle sobre as chaves da escola, e em caso de extravio, fazer a reposição da mesma;

VI – Manter rígido controle na entrada e saída de alunos e de pessoas estranhas;

VII – Conferir os aspectos gerais da escola sempre que assumir o posto de trabalho;

VIII – Informar de imediato à Direção da escola qualquer anormalidade verificada;

IX – Tratar com atenção e boas maneiras todos que precisarem da sua ajuda;

X – Não se ausentar da escola antes da chegada de seu substituto.

CAPÍTULO V

Do Serviço de Limpeza e Conservação

Art. 37 – Compete ao Serviço de Limpeza e Conservação:

I – Apresentar-se no local de trabalho na hora estabelecida, e caso necessite ausentar-se antes do término do expediente, solicitar a autorização da Direção;

II – Zelar pela limpeza e conservação do prédio, mobiliário, pátio, vassouras, rodos, panos e todo material sob sua responsabilidade;

III – Respeitar e fazer-se respeitado por todos da escola;

IV – Manter sempre boa aparência;

V – Atender bem os alunos, pais e demais colegas de trabalho;

VI – Verificar todo o material sob sua responsabilidade, comunicando à Direção a falta de qualquer objeto;

VII – Procurar a Direção para resolver qualquer problema relacionado ao trabalho, como: insatisfação, horários, faltas, etc.

VIII – Participar e cooperar com os eventos da escola, tais como festas, gincanas, feiras culturais, etc.

CAPÍTULO VI

Do Serviço de Merenda

Art. 38 – Compete à merendeira:

I – Fazer merenda de boa qualidade e em quantidade suficiente para todos os alunos;

II – Manter total higiene na realização da Merenda, bem como o próprio ambiente de trabalho, realizando limpeza de pratos, colheres, fogão, panelas, pisos e paredes;

III – Manter boa aparência, vestindo-se de maneira adequada à função;

IV – Apresentar-se no local de trabalho na hora estabelecida havendo merenda ou não, permanecendo até o final do expediente;

V – Verificar todo o material de Merenda ao chegar e sair, comunicando de imediato à Direção a falta de qualquer material;

VI – Nos dias em que não houver Merenda, deverá auxiliar nas demais atividades da escola, mediante solicitação da Direção;

VII – Evitar a permanência de funcionários ou pessoas estranhas no refeitório;

VIII – A Merenda deve estar pronta no horário estabelecido, começando a ser servida pelas turmas menores.

TÍTULO IV

DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO I

Do Corpo Docente

Art. 39 – O corpo docente é constituído de professores, legalmente habilitados e nomeados por Ato do Poder Executivo do Estado.

Art. 40 – Ao professor compete:

I – Exigir o tratamento e o respeito que lhe são condignos dos pais, alunos e funcionários;

II – Participar e colaborar com todos os eventos realizados na escola, de forma que possam concorrer para o bom funcionamento da mesma;

III – Opinar sobre a elaboração e execução dos programas, métodos, técnicas de ensino e formas de avaliação;

IV – Requisitar apoio e cooperação da Direção, Equipe Técnica, Secretaria e demais segmentos da escola, quando julgar necessário;

V – Participar do planejamento didático, reunião pedagógica e outras que se fizerem necessárias;

VI – Manter atualizados os Diários de Classe, com registros de conteúdo, notas e chamadas dos alunos;

VII – Repor as aulas no final de cada mês, preferencialmente aos sábados ou em horários vagos;

VIII – Em caso de necessidade, gozar de 15 minutos de tolerância para a chegada;

IX – Realizar a recuperação da aprendizagem continuamente, utilizando-se de diferentes métodos, instrumentos e modalidades de ensino e de avaliação;

X – Comunicar à equipe técnico-pedagógica da escola os dados de alunos faltosos antes que se caracterize a evasão escolar;

XI – Trabalhar com alunos de forma contínua através de metodologias diversas, que estimulem o aprendizado;

CAPÍTULO II

Do Corpo Discente

Art. 41 – O corpo discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados.

Art. 42 – Compete ao aluno:

I – Tratar com respeito a todos que fazem parte da comunidade escolar;

II – Representar os alunos junto ao Conselho Deliberativo, quando para tal for escolhido;

III – Colaborar com as programações cívicas, sociais e culturais da escola;

IV – Ser assíduo e pontual com as tarefas escolares;

V – Atender ao regime disciplinar e didático, bem como à organização da escola;

VI – Zelar pelo prédio, mobiliário e salas de aula, comunicando à Direção qualquer dano verificado;

VII – Tratar os colegas com respeito e cooperação, visando uma boa interrelação pessoal dentro e fora da escola;

VIII – Ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas;

IX – Contribuir para o bom funcionamento e conceito da escola, promovendo sua integração à comunidade;

X – Zelar e devolver os livros ao final do ano letivo;

XI – Não se ausentar da escola sem a autorização dos pais ou da Direção;

XII – Manter sob sua responsabilidade todo o material didático entregue no início do ano letivo, bem com trazê-los diariamente de acordo com as aulas ministradas;

XIII – Manter aparelhos eletrônicos desligados durante a horário de aula;

XIV – Chegar na hora determinada, de acordo com seu turno, respeitando os horários de entrada e saída da escola;

XV – Não se ausentar da sala durante a troca de professores, apenas com a autorização dos mesmos.

XVI – Não utilizar bonés, viseiras, chapéus e outros utensílios de chapelaria;

XVII – Trajar-se adequadamente com o fardamento escolar durante o período em que estiver nas dependências da escola, não sendo permitido o uso de shorts, saias, bermudas e sandálias.

Art. 43 – São direitos dos alunos:

I – Receber adequada orientação para realizar suas atividades educacionais;

II – Ser tratado com respeito e dignidade;

III – Receber assistência através dos serviços existentes na escola (pedagógico, direção e secretaria);

IV – Receber da secretaria informações a respeito de notas, frequência, matrícula, cancelamento e transferência;

V – Fazer recuperação contínua, caso não tenha atingido bons resultados de aprendizagem;

VI – Ter sua carga horária cumprida em relação aos conteúdos, assegurando-lhe o direito de reposição das aulas que não foram ministradas;

VII – Receber os livros didáticos de acordo com a sua série/ano;

VIII – Ser ouvido sempre que envolver-se com problemas disciplinares, antes de ser aplicada qualquer penalidade;

IX – Ter tolerância de 15 minutos de atraso para entrada no colégio, não sendo permitida sua entrada após esse período.

CAPÍTULO III

Das Penalidades Discentes

Art. 44 – Ao aluno, conforme a gravidade ou a reiteração das faltas ou infrações cometidas, as disposições desse Regimento e da Legislação específica são aplicadas as seguintes penalidades:

- I – Advertência oral;
- II – Advertência escrita, comunicando aos pais ou responsáveis até no máximo 3 vezes;
- III – Suspensão temporária;
- IV – Transferência do aluno, após se esgotarem todas as possibilidades de cumprimento das normas da escola ou parte do educando.

CAPÍTULO IV

Do Corpo Técnico-Administrativo

Art. 45 – O corpo técnico-administrativo compreende os funcionários da escola que exercem função na secretaria, biblioteca, inspetoria de alunos e informática.

Art. 46 – São direitos dos funcionários:

- I – Gozar de férias anuais, conciliando os interesses da escola;
- II – Ausentar-se de suas atividades mediante apresentação de Atestado Médico e/ou autorização da Direção;

Art. 47 – São deveres dos funcionários:

- I – Cumprir as tarefas que lhe são atribuídas;
- II – Zelar pelo nome da escola;
- III – Aceitar as determinações dos seus superiores, desde que não fira a ética e os princípios morais;
- IV – Vestir-se adequadamente de acordo com sua função.

CAPÍTULO V

Das Penalidades dos Funcionários em geral

Art. 48 – As penalidades a serem aplicadas ao pessoal docente, técnicos-administrativos, pedagógicos e funcionários serão as preceituadas neste regimento e na legislação específica.

§ único – A aplicação das penalidades se dará integral ou parcial deste regimento e demais processos legais;

Art. 49 – O pessoal a que se refere o artigo anterior estará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade das faltas ou infrações cometidas:

I – Advertência verbal;

II – Advertência por escrito até no máximo três vezes;

III – Devolução à Secretaria da Educação através do Conselho Deliberativo;

§ único – Será assegurado ao punido amplo direito de defesa junto ao Conselho Deliberativo da escola, nos termos deste Regimento e demais normas específicas;

Art. 50 – A todos os funcionários e professores será dada a oportunidade de repor suas faltas de trabalho aos sábados ou em horário oposto, e caso não haja cumprimento, a falta será computada para efeito de desconto financeiro.

TÍTULO V

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I

Da Organização Didática

SEÇÃO I

Do Ensino Fundamental

Art. 51 – O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, Lei 11.274/2006, terá uma duração de 800 horas de atividades educacionais para os Anos Iniciais (1º a 5º ano) e 1.189 horas para os Anos Finais (6º ao 9º ano), conforme a legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Dos Currículos e Programas

SEÇÃO I

Do Ensino Fundamental

Art. 52 – O Currículo do Ensino Fundamental inclui os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada;

Art. 53 – A Matriz Curricular elaborada de acordo com a ordem de serviço seguirá em anexo nesse regimento.

TÍTULO VI

DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I

Do Calendário Escolar

Art. 54 – O ano letivo terá duração mínima de 200 (duzentos) dias de trabalho escolar, conforme Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Estadual de Educação.

CAPÍTULO II

Da Verificação do Rendimento Escolar

SEÇÃO I

Da Avaliação do Ensino Fundamental

Art. 55 – A avaliação do processo ensino-aprendizagem de responsabilidade da escola será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos ao longo do período sobre eventuais provas finais.

Art. 56 – A avaliação do processo ensino-aprendizagem tem por objetivos:

I – Diagnosticar a situação real da aprendizagem do aluno e registrar seus progressos e suas deficiências;

II – Possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;

III – Orientar o aluno quantos aos esforços necessários para superar suas dificuldades;

IV – Fundamentar as decisões do Conselho de Classe, ou órgão semelhante, quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e de recuperação de aprendizagem, de classificação e de reclassificação de alunos;

V – Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

CAPÍTULO III

Da Frequência

Art. 58 – Será exigido do aluno para aprovação, a frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo.

CAPÍTULO IV

Da Promoção do Ensino Fundamental

Art. 59 – Será considerado aprovado por média e dispensado da prova final o aluno que obter média 7,0 ou mais por componente curricular ao final dos quatro bimestres, ou seja, no final do ano letivo.

Art. 60 – Serão submetidos à prova final os alunos que, após os estudos de recuperação não atingirem média aritmética 7,0 no mínimo, ou seja, 28 pontos no conjunto por componente curricular

Art. 61 – Será considerado aprovado, após a prova final, o aluno que obtiver média 5,0 (cinco) ou superior, obtida através de média ponderada, com peso 6,0 (seis) para média anual nos bimestres e peso 4,0 (quatro) para a nota da prova final, somados os dois resultados e dividindo por 10 (dez), conforme a fórmula a seguir:

$RF = \frac{SB \times 6 + PF \times 4}{10}$, onde:

10

RF = Resultado Final

SB = Síntese Bimestral

PF = Prova Final

CAPÍTULO V

Da Recuperação

Art. 63 – Os estudos de recuperação bimestral serão oferecidos continuamente, observando os programas em que os alunos tenham demonstrado menor rendimento;

Art. 64 – Os estudos de recuperação visam corrigir as deficiências na aprendizagem e capacitar o aluno a prosseguir no ano seguinte;

Art. 65 – Serão submetidos aos estudos de recuperação todo aluno que após cada exercício de avaliação bimestral apresentar resultado inferior a 7,0 (sete).

TÍTULO VII

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 66 – O Regime Disciplinar tem a finalidade de aprimorar o ensino ministrado, a formação do educando, o bom funcionamento dos trabalhos escolares, o respeito às leis e normas vigentes, a execução deste regimento e a obtenção dos objetivos nele previstos;

Art. 67 – O Regime Disciplinar será decorrente das disposições legais aplicadas em cada caso e das determinações deste regimento;

Art. 68 – Será permitido a todo funcionário e ao alunado de forma geral, a tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário de início de expediente, não havendo gozo abusivo.

Art. 69 – A supervisão procederá ao levantamento mensal das faltas dos professores e organizará um calendário para reposição das aulas aos sábados;

Art. 70 – Ao funcionário será permitida a reposição da falta em horário oposto.

TÍTULO VIII

DA ANÁLISE, ALTERAÇÃO E VIGÊNCIA

Art. 71 – Após a aprovação deste Regimento pelo Conselho Estadual de Educação, a solução dos casos omissos ao membro caberá ao Conselho Deliberativo da Escola. **Art. 72** – Este Regimento poderá ser alterado sempre que houver modificação na legislação de ensino.

Art. 73 – Depois de aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação, o presente Regimento entrará em vigor;

Art. 74 – Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 28 de março de 2017.